

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	74
---	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	75
---	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	78
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	80
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	81
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	82
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	315.592.525
Preferenciais	315.592.525
<b>Total</b>	<b>631.185.050</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
1	Ativo Total	7.571.374	6.927.442
1.01	Ativo Circulante	1.345.705	774.855
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	729.516	233.267
1.01.02	Aplicações Financeiras	11.516	11.339
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	11.516	11.339
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras de curto prazo	11.516	11.339
1.01.03	Contas a Receber	462.512	415.615
1.01.03.01	Clientes	462.512	415.615
1.01.04	Estoques	113.280	102.983
1.01.06	Tributos a Recuperar	17.518	21
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	17.518	21
1.01.06.01.01	CSLL a recuperar	17.518	21
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.363	11.630
1.01.08.03	Outros	11.363	11.630
1.01.08.03.02	Outros Créditos	11.363	11.630
1.02	Ativo Não Circulante	6.225.669	6.152.587
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.639.897	3.598.718
1.02.01.04	Contas a Receber	3.674	3.525
1.02.01.04.01	Clientes	3.674	3.525
1.02.01.07	Tributos Diferidos	75.692	66.694
1.02.01.07.01	Créditos fiscais Diferidos	75.692	66.694
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.560.531	3.528.499
1.02.01.10.03	Aplicações financeiras	67.196	65.206
1.02.01.10.04	Aplicações no caixa único do Estado	7.420	5.970
1.02.01.10.06	Ativos financeiros contratuais	620.393	588.827
1.02.01.10.07	Indenização por desapropriação	43.165	42.191
1.02.01.10.08	IRPJ e CSLL a recuperar	1.420.039	1.430.357
1.02.01.10.09	Ativos de contratos	1.171.017	1.174.160
1.02.01.10.10	Indenizações contratuais	229.677	220.154
1.02.01.10.11	Outros créditos	1.624	1.634
1.02.02	Investimentos	845	845
1.02.02.01	Participações Societárias	845	845
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	845	845
1.02.03	Imobilizado	162.580	168.505
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	121.889	122.051
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	37.986	43.781
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.705	2.673
1.02.04	Intangível	2.422.347	2.384.519
1.02.04.01	Intangíveis	2.422.347	2.384.519
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.422.347	2.384.519

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2	Passivo Total	7.571.374	6.927.442
2.01	Passivo Circulante	755.014	864.436
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	134.344	112.972
2.01.01.01	Obrigações Sociais	15.505	15.991
2.01.01.01.01	INSS	15.505	15.991
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	118.839	96.981
2.01.01.02.01	Salários a pagar	47.144	35.034
2.01.01.02.02	FGTS	3.087	4.493
2.01.01.02.03	Participação nos Resultados (PPR)	54.457	43.584
2.01.01.02.04	Fundação Corsan	2.835	3.390
2.01.01.02.05	IPE	5.091	4.468
2.01.01.02.06	Depósitos e retenções Contratuais (Garantias Contratuais)	6.225	6.012
2.01.02	Fornecedores	100.746	118.988
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	100.746	118.988
2.01.03	Obrigações Fiscais	37.991	19.159
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	37.348	18.068
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	23.836	2.818
2.01.03.01.02	IRPJ Retenção	3.989	7.452
2.01.03.01.03	COFINS	5.670	4.460
2.01.03.01.04	PASEP	1.936	1.648
2.01.03.01.05	PIS/COFINS/CSLL s/Prestação Serviços	1.917	1.690
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	643	1.091
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	115.801	119.192
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	115.801	114.381
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	115.801	114.381
2.01.04.02	Debêntures	0	4.811
2.01.05	Outras Obrigações	261.942	395.177
2.01.05.02	Outros	261.942	395.177
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	211.413	345.205
2.01.05.02.05	Impostos e contribuições - parcelamento	15.702	15.644
2.01.05.02.06	Obrigações contratuais	9.135	9.000
2.01.05.02.07	Passivos de arrendamento	23.641	23.674
2.01.05.02.08	Outras contas a pagar	2.051	1.654
2.01.06	Provisões	104.190	98.948
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	88.838	84.110
2.01.06.01.05	Provisões para Férias e Encargos a Pagar	88.838	84.110
2.01.06.02	Outras Provisões	15.352	14.838
2.01.06.02.06	Provisão Convênio SENAI/CORSAN	154	191
2.01.06.02.07	Provisão Contingências Fiscais	15.198	14.647
2.02	Passivo Não Circulante	2.618.245	2.019.485
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.029.521	473.096
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	451.427	473.096
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	451.427	473.096
2.02.01.02	Debêntures	578.094	0
2.02.02	Outras Obrigações	83.432	93.723
2.02.02.02	Outros	83.432	93.723

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2.02.02.02.04	Impostos e contribuições - parcelamento	11.777	15.644
2.02.02.02.06	Contratos de repasse OGE/FUNASA/ANA	53.895	53.895
2.02.02.02.07	Passivos de arrendamento	14.730	20.184
2.02.02.02.08	Obrigações contratuais	3.030	4.000
2.02.04	Provisões	1.505.292	1.452.666
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.464.192	1.411.304
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	509.187	467.194
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	955.005	944.110
2.02.04.02	Outras Provisões	41.100	41.362
2.02.04.02.04	Provisões para Tributos Diferidos - PASEP e COFINS	41.100	41.362
2.03	Patrimônio Líquido	4.198.115	4.043.521
2.03.01	Capital Social Realizado	1.682.328	1.682.328
2.03.02	Reservas de Capital	27.972	27.972
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	10.824	10.824
2.03.02.07	Auxílios para Obras	9.262	9.262
2.03.02.08	Doações e Subvenções para Investimentos	7.886	7.886
2.03.04	Reservas de Lucros	2.388.985	2.388.985
2.03.04.01	Reserva Legal	227.278	227.278
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.159.296	2.159.296
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	2.411	2.411
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	155.137	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-56.307	-55.764

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	844.885	810.990
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-492.465	-462.793
3.03	Resultado Bruto	352.420	348.197
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-150.241	-124.335
3.04.01	Despesas com Vendas	-32.259	-33.403
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-120.262	-112.225
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	8.866	26.611
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.586	-5.318
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	202.179	223.862
3.06	Resultado Financeiro	-32.723	2.603
3.06.01	Receitas Financeiras	35.715	18.876
3.06.02	Despesas Financeiras	-68.438	-16.273
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	169.456	226.465
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-14.862	-17.993
3.08.01	Corrente	-23.860	-18.906
3.08.02	Diferido	8.998	913
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	154.594	208.472
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	154.594	208.472
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	PN	0,25659	0,35598
3.99.01.02	ON	0,23326	0,32362
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	PN	0,25659	0,35598
3.99.02.02	ON	0,23326	0,32362

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	154.594	208.472
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-543	-552
4.03	Resultado Abrangente do Período	154.051	207.920

**Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	182.106	218.527
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	299.756	282.298
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	169.456	226.465
6.01.01.03	Depreciação e amortização	44.984	38.190
6.01.01.04	Baixa de imobilizado, intangível e ativos de contratos	398	978
6.01.01.05	Provisão para perda esperada na realização de créditos de clientes	8.929	2.843
6.01.01.06	Provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas	5.604	-2.988
6.01.01.07	Provisão para benefício pós-emprego	10.896	-843
6.01.01.08	Provisão para participação nos resultados	10.873	4.826
6.01.01.09	Juros e variações monetárias sobre financiamentos	11.199	13.446
6.01.01.10	Juros e variações monetárias sobre outras dívidas	251	2.051
6.01.01.11	Atualizações monetárias contingências	51.779	5.422
6.01.01.12	Variação líquida da indenização da imunidade tributária	10.413	0
6.01.01.13	Atualização monetária de precatórios	-14.134	0
6.01.01.14	Outros ajustes do lucro	-155	0
6.01.01.15	Rendimento sobre aplicações financeiras de curto prazo	-296	-680
6.01.01.16	Ajuste a valor presente sobre clientes	304	262
6.01.01.17	Ajuste a valor presente sobre ativos financeiros	-9.746	-6.925
6.01.01.18	Margem na construção de obras - contratos de concessão	-737	-638
6.01.01.19	Provisão para tributos diferidos (Cofins/Pasep)	-262	-111
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-117.650	-63.771
6.01.02.02	(Aumento) de contas a receber de clientes	-56.278	-32.025
6.01.02.03	(Aumento)/redução de estoques	-10.252	2.292
6.01.02.04	(Aumento) de depósitos judiciais	-15.389	-7.182
6.01.02.05	(Aumento) de rendimentos do Caixa Único	-1.450	-707
6.01.02.06	(Aumento)/redução de indenização por desapropriação	-974	55.314
6.01.02.07	Redução/(aumento) de reclamações e rescisões contratuais	4.611	-27
6.01.02.08	(Aumento) de tributos a recuperar	-17.592	-17.387
6.01.02.09	Redução de outros créditos	277	3.484
6.01.02.11	(Redução) de fornecedores	-18.242	-5.867
6.01.02.12	Aumento de impostos e contribuições	18.384	11.428
6.01.02.13	(Redução) de impostos e contribuições - parcelamento	-3.921	-3.838
6.01.02.14	(Redução) de dívidas com Fundação Corsan	0	-5.609
6.01.02.15	Aumento/(redução) de férias e encargos a pagar	16.014	-14.943
6.01.02.16	(Redução) de obrigações contratuais	-835	-21.642
6.01.02.17	Aumento/(redução) de outros débitos	574	-690
6.01.02.19	Contribuição social paga	-23.860	-16.013
6.01.02.20	Empréstimos, financiamentos e arrendamento - pagamento de juros	-8.717	-10.359
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-96.968	-156.352
6.02.02	Aplicações financeiras	-1.872	603
6.02.03	Aquisição de bens do ativo imobilizado	-5.964	-3.344
6.02.04	Aquisição de ativos de construção	-64.784	-64.064
6.02.05	Aquisições de ativos intangíveis	-24.348	-89.709



**Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
6.02.06	Outros investimentos	0	162
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	411.111	-19.974
6.03.02	Empréstimos e financiamentos - captação	14.426	1.554
6.03.03	Empréstimos e financiamentos - pagamento de principal	-37.263	-20.569
6.03.04	Debêntures - captação	600.000	0
6.03.05	Debêntures - custo de emissão	-21.906	0
6.03.06	Debêntures - pagamento	-4.843	-5.710
6.03.07	Contratos de repasse - Governo Estadual/Funasa/ANA	0	10.857
6.03.08	Dividendos/juros sobre capital proprio - pagamento	-133.792	0
6.03.09	Amortização do passivo de arrendamento	-5.511	-6.106
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	496.249	42.201
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	233.267	92.981
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	729.516	135.182

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.682.328	27.972	2.388.985	0	-55.764	4.043.521
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.682.328	27.972	2.388.985	0	-55.764	4.043.521
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	154.594	0	154.594
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	154.594	0	154.594
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	543	-543	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	543	-543	0
5.07	Saldos Finais	1.682.328	27.972	2.388.985	155.137	-56.307	4.198.115

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.635.145	64.331	669.844	0	30.974	2.400.294
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.635.145	64.331	669.844	0	30.974	2.400.294
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-29.521	0	-29.521
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-29.521	0	-29.521
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	208.472	0	208.472
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	208.472	0	208.472
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	552	-552	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	552	-552	0
5.07	Saldos Finais	1.635.145	64.331	669.844	179.503	30.422	2.579.245

**Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
7.01	Receitas	952.772	909.288
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	890.382	822.381
7.01.02	Outras Receitas	5.798	25.048
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	65.521	64.702
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-8.929	-2.843
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-293.253	-310.939
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-247.511	-253.343
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-43.206	-46.080
7.02.04	Outros	-2.536	-11.516
7.03	Valor Adicionado Bruto	659.519	598.349
7.04	Retenções	-44.984	-38.190
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-44.984	-38.190
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	614.535	560.159
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	36.228	19.293
7.06.02	Receitas Financeiras	35.715	18.876
7.06.03	Outros	513	417
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	650.763	579.452
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	650.763	579.452
7.08.01	Pessoal	264.177	224.746
7.08.01.01	Remuneração Direta	184.916	154.163
7.08.01.02	Benefícios	45.242	49.333
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.563	9.073
7.08.01.04	Outros	24.456	12.177
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	161.501	128.191
7.08.02.01	Federais	157.498	124.488
7.08.02.02	Estaduais	3.970	3.630
7.08.02.03	Municipais	33	73
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	70.491	18.043
7.08.03.01	Juros	68.438	16.273
7.08.03.02	Aluguéis	2.053	1.770
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	154.594	208.472
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	29.521
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	154.594	178.951

## Comentário do Desempenho



### COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

A receita bruta de serviços da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, no primeiro trimestre de 2021, alcançou a cifra de R\$ 955.903 mil, isto é, apresentou um incremento de 7,76% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 887.083 mil. Esse incremento pode ser explicado pela combinação de alguns fatores, como o crescimento vegetativo das ligações de água e esgoto e o aumento tarifário médio de 5,56%, registrado a partir de outubro de 2020 para os municípios atendidos pela Corsan.

Receitas	1T 2020	1T 2021	Varição
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>887.083</b>	<b>955.903</b>	<b>7,76%</b>
Serviços de Abastecimento de Água	792.171	825.550	4,21%
Serviços de Esgoto	61.063	64.832	6,17%
Receitas de Construção	64.702	65.521	1,27%
Vendas	-	-	
<b>Receita de Serviços (sem receita de construção)</b>	<b>853.234</b>	<b>890.382</b>	<b>4,35%</b>

Valores em R\$ mil

Houve incremento no número de economias de água e esgoto entre o primeiro trimestre de 2021 e o mesmo período de 2020. As economias de água variaram 1,38% no período, com um acréscimo de 40.885 novas economias, sendo que a categoria residencial foi a que mais contribuiu para esse número, tendo variado 1,45%. Já as economias de esgoto cresceram 8,02% na comparação trimestral, um aumento de 37.012 novas economias, sendo a categoria residencial a que mais contribuiu, variando 8,27%.

Economias de Água	1T 2020	1T 2021	Var. %	Economias de Esgoto	1T 2020	1T 2021	Var. %
Comercial	279.453	281.617	0,77%	Comercial	52.408	55.538	5,97%
Industrial	15.105	15.229	0,82%	Industrial	1.248	1.461	17,07%
Pública	17.103	17.241	0,81%	Pública	1.575	1.633	3,68%
Residencial	2.643.627	2.682.086	1,45%	Residencial	406.439	440.050	8,27%
<b>Total Economias</b>	<b>2.955.288</b>	<b>2.996.173</b>	<b>1,38%</b>	<b>Total Economias</b>	<b>461.670</b>	<b>498.682</b>	<b>8,02%</b>

Os gastos no primeiro trimestre de 2021 sofreram um acréscimo de 14,29%, ou seja, atingiram R\$ 720 milhões frente aos R\$ 630 milhões verificados no mesmo período do ano anterior, uma variação de R\$ 90 milhões. Os grupos de Materiais e Gerais apresentaram uma realização de 9,34% e 45,95%, respectivamente, menor em comparação ao mesmo período do ano anterior. Já os grupos Pessoal/Encargos e Serviços mostraram um crescimento de 6,52% e 7,14%, respectivamente.

Dentre as principais variações que impactaram no acréscimo de despesas, destaca-se que, em relação ao aumento nas despesas no grupo de Serviços, no primeiro trimestre deste ano realizou-se aproximadamente R\$ 12 milhões correspondentes principalmente a repasses para serviços de esgotamento sanitários da PPP. Também houve o registro de R\$ 8 milhões no grupo de Pessoal/Encargos, referentes ao provisionamento do reajuste de salário do acordo coletivo de 2020. Ambas despesas não ocorreram no mesmo período do ano passado. Contribuiu para o aumento de despesas com pessoal o aumento de encargos sobre a folha no valor de R\$ 3,5 milhões e também o aumento de indenizações trabalhistas no valor de R\$ 3,7 milhões.

Ademais, registrou-se também um aumento de aproximadamente R\$ 53,4 milhões no grupo de Outras Despesas, correspondentes ao aumento da atualização monetária das provisões cíveis e trabalhistas no valor de R\$ 46 milhões, bem como a variação líquida negativa referente ao crédito da imunidade no valor de R\$ 10,4 milhões.

## Comentário do Desempenho



### COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

Por fim, cabe observar que esses resultados estão em linha com o aumento de faturamento, pois o aumento da demanda pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário enseja maiores custos operacionais.

Comparativo das Despesas por Natureza 2021/2020 - Acumulado (em R\$ mil)

Natureza do Gasto	Realização - Acumulado 2020			Realização - Acumulado 2021			% Variação
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total	
Pessoal/Encargos	175.947	69.030	244.977	193.313	67.640	260.953	6,52%
Materiais	29.142	733	29.875	26.180	904	27.084	-9,34%
Serviços	138.416	28.981	167.397	143.383	35.974	179.357	7,14%
Gerais	22.553	17.306	39.859	14.787	6.758	21.545	-45,95%
<b>Subtotal</b>	<b>366.058</b>	<b>116.050</b>	<b>482.108</b>	<b>377.663</b>	<b>111.276</b>	<b>488.939</b>	<b>1,42%</b>
Depreciações e Amortizações	34.176	4.014	38.190	41.228	3.756	44.984	17,79%
Provisões	(1.505)	25.564	24.059	8.790	37.489	46.279	92,36%
Custos de Construção	64.064	-	64.064	64.784	-	64.784	1,12%
Outras Despesas	-	21.591	21.591	-	75.024	75.024	247,48%
<b>Total</b>	<b>462.793</b>	<b>167.219</b>	<b>630.012</b>	<b>492.465</b>	<b>227.545</b>	<b>720.010</b>	<b>14,29%</b>

## Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

#### 1.1) Informações sobre a Companhia

A Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan ("Companhia") é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades por Ações, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010 e pela Lei nº 14.833, de 04 de janeiro de 2016. A Companhia passou a operar de forma efetiva a partir de 28 de março de 1966.

O acionista controlador da Corsan é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital social, estando a Companhia vinculada à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura.

O objeto social da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais, bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, relativas à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

Atua em 317 municípios do Rio Grande do Sul com a prestação do serviço de abastecimento de água, sendo 301 contratos de programa vigentes, um anulado judicialmente (Erechim) e 15 contratos de concessão, e, concomitantemente, em 303 municípios com a prestação do serviço de esgotamento sanitário. Em 31 de março de 2021, há 08 contratos de concessão pendentes de regularização. O contrato do município de Erechim, bem como os outros 08 contratos que não estão vigentes representam, respectivamente, 1,38% e 0,48% da receita operacional bruta da Companhia.

#### 1.2) Informações por segmento

Os segmentos operacionais são determinados de forma consistente com os relatórios internos do principal gestor das decisões operacionais da Companhia, que no caso da Corsan é a Diretoria Colegiada, em relação a tomada de decisões estratégicas, alocação de recursos e avaliação do desempenho.

A prestação de serviços da Companhia tem características e natureza semelhantes, bem como a mesma categoria de clientes. A Administração entende, com base na prestação de serviços simultânea de abastecimento de água e tratamento de esgoto, em conjunto com o ambiente regulatório em que está inserida, que atua sob um único segmento de negócios que é a prestação de serviços de saneamento básico.

## Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 1.3) Parceria Público-Privada

#### *Região Metropolitana de Porto Alegre*

Visando acelerar a universalização do serviço de esgotamento sanitário nos Municípios de Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Eldorado do Sul, Esteio, Gravataí, Guaíba, Sapucaia do Sul e Viamão, a Corsan levou a mercado o projeto de parceria público-privada.

O contrato foi assinado em 24/03/2020 e a ordem de início foi dada em 03/04/2020. O projeto está em fase de operação assistida pela concessionária desde 01/12/2020. A operação exclusiva da concessionária tem início previsto para 01/06/2021.

#### *Novas PPP's*

Considerando o sucesso alcançado com o Leilão da PPP da Região Metropolitana de Porto Alegre, a Corsan pretende replicar o modelo para outros municípios do Estado. Para tanto, contratou o BNDES para auxiliar na estruturação de novos projetos. Em 13/07/2020, houve a reunião de *kickoff* do projeto entre Corsan, BNDES e consórcio de consultores. O projeto envolve 41 municípios atendidos pela Companhia e a modelagem abrange a operação e manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário, com execução de obras de infraestrutura, ampliações e melhorias dos sistemas. Os produtos de engenharia e econômico-financeiros estão em fase final de revisão. Foram entregues as primeiras versões dos produtos jurídicos, que estão sendo avaliadas pela Companhia.

### 1.4) Impactos do Coronavírus (COVID-19)

Em 2020, o cenário mundial foi abalado pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), que trouxe recessão econômica e impactos devastadores em algumas atividades econômicas, devido principalmente à necessidade de isolamento social e paralisação das atividades consideradas não essenciais. Neste contexto, o setor de saneamento é um dos serviços essenciais para o combate ao vírus, uma vez que a higiene pessoal é a principal medida de prevenção à doença. No primeiro trimestre de 2021, a Companhia manteve as medidas de segurança recomendadas pelas autoridades de saúde.

A Administração entende não existir grandes riscos para sua operação, mas vem acompanhando atentamente os desdobramentos, de modo que se possa assegurar a prestação dos serviços à população dos municípios atendidos. A seguir apresentamos o cenário atual relacionado aos itens econômico-financeiros:

- Monitoramento da arrecadação diária e acompanhamento da inadimplência, com reflexos no caixa da Companhia;



## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

- Análise das alterações contratuais dos passivos financeiros da Companhia, sem impactos na liquidez e no resultado;
- No primeiro trimestre de 2021, houve um aumento no prazo médio de recebimento das faturas em virtude da suspensão dos cortes por falta de pagamento, decretados em alguns municípios atendidos pela Companhia. Contudo, a Administração entende que estes créditos serão regularizados a partir da normalização da política de recuperação.
- A Administração avaliou e concluiu que os ativos atrelados aos sistemas de abastecimento de água e esgoto da Companhia não sofreram impactos no período e não identificou indicativos de risco de *impairment* para esses ativos.

## 2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

### 2.1) Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021 compreendem as informações financeiras intermediárias, elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico "CPC 21 – Demonstração Intermediárias", aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e com a norma internacional de contabilidade "IAS 34 – Interim Financial Reporting", emitida pelo International Accounting Standard Board (IASB).

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras pela Diretoria ocorreu no dia 10 de maio de 2021 e aprovação pelo Conselho de Administração ocorreu no dia 14 de maio de 2021.

### Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

### 2.2) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo e alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia.

A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data da contratação.

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 2.3) Contas a receber de clientes

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência.

#### 2.4) Ativos financeiros contratuais

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber um montante financeiro ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estes créditos a receber são classificados no ativo não circulante, tendo como base a data de encerramento das concessões.

#### 2.5) Provisão para perdas esperadas

A provisão para perdas esperadas foi calculada por meio da abordagem simplificada, de acordo com o histórico de perdas na realização de créditos de contas a receber de clientes do serviço de água e esgoto, projetando o cenário futuro. A política de recuperação da Companhia considera que os créditos são recuperáveis durante todo o prazo de prescrição da dívida, que é de dez anos para clientes particulares e cinco anos para clientes públicos, e contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes.

A Companhia não constitui provisão para perdas na realização de créditos do acionista controlador (Estado do Rio Grande do Sul) devido ao histórico de regularização de débitos através de pagamentos recíprocos.

#### 2.6) Estoques

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto e encontram-se classificados no ativo circulante, visto que sua expectativa de utilização é de doze meses. A avaliação é realizada pelo custo médio de aquisição e não excede o valor líquido realizável.

#### 2.7) Investimentos

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Os investimentos referem-se a participações em outras empresas, sem influência significativa, e estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização quando aplicável.

#### 2.8) Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia está composto, substancialmente, por terrenos, prédios, veículos, sistemas de esgotos próprios e ligados à atividade industrial privada e outros bens que não estão vinculados à concessão pública. Os bens classificados no ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou de construção. Quando uma manutenção relevante for feita e gerar expectativa de benefício futuro, o seu custo será reconhecido no valor contábil do imobilizado. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

• Edifícios	25 anos
• Máquinas	10 anos
• Veículos	5 anos
• Sistemas de esgoto próprios	25 anos
• Demais bens móveis	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo, que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo até estar devidamente instalado e pronto para sua utilização.

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 2.9) Arrendamento

A Corsan aplicou as diretrizes do CPC 06 (R2)/IFRS 16, a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2019, que determina o reconhecimento do direito de uso dos ativos arrendados e o passivo dos pagamentos futuros para contratos de arrendamento mercantil ou operações com as mesmas características de arrendamento e que incluam o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de determinados ativos.

A Companhia definiu a mensuração de determinados Ativos de Direito de Uso pelo valor igual ao seu passivo de arrendamento, sendo sua realização conforme os prazos dos contratos. Os passivos de arrendamento foram mensurados a valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental sobre os seus empréstimos. Para estes contratos, foi aplicada taxa fixa CDI, praticadas na data de seu reconhecimento, cotados de acordo com o prazo final de seus vencimentos, taxas estas observadas para os contratos futuros negociados em bolsa, mais 0,5% a.a, a título de risco de crédito.

A Companhia analisou os contratos de arrendamentos vigentes. Esta análise identificou impactos principalmente relacionados às operações de arrendamento de veículos, imóveis e equipamentos de informática locados de terceiros.

A Companhia aplicou a isenção de reconhecimento prevista no CPC 06(R2)/IFRS16, especificamente a seus arrendamentos com prazo igual ou inferior a 12 meses e arrendamentos de ativos de baixo valor. Foram desconsideradas também as locações de áreas de poços perfurados e mantidos pela empresa, bem como áreas de acesso a recursos naturais, utilizadas para a captação de água bruta. As despesas são contabilizadas ao longo do seu período de arrendamento.

Os valores envolvidos na contabilização estão descritos na nota 16.

#### 2.10) Ativos de contratos

Conforme determinado pelo CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01(R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente depois de concluídos.

São reconhecidos os custos incorridos com materiais, mão-de-obra direta e indireta e outros gastos que a empresa efetuar na construção e instalação, até o momento em que os bens entram em operação. Após a conclusão, os bens são transferidos para o ativo intangível, quando amortizáveis dentro de um contrato de programa; para o ativo financeiro, para seus valores subsequentes; e para o ativo imobilizado, para ativos próprios ligados a atividades-meio operacionais.

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Os gastos indiretos reconhecidos, são apropriados aos custos capitalizáveis indiretos e rateados de acordo com as entradas mensais atribuídas aos serviços técnicos operacionais ligados aos projetos e obras.

#### 2.11) Ativos intangíveis

##### *Concessões*

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário denominados contratos de programa. Os contratos de programa são firmados com os municípios e representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação, controlada pelas agências reguladoras dos serviços públicos delegados, durante o prazo de vigência.

A Companhia reconhece como um ativo intangível esse direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante o período de concessão, em linha com a interpretação ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme nota 2.16, deduzida do valor alocado no ativo financeiro. O registro é realizado de acordo com o modelo bifurcado (ativo intangível e ativo financeiro). Neste modelo, a Companhia registra parte no ativo intangível a outra parte do valor no ativo financeiro na extensão em que a vida útil econômica dos bens registrados no ativo intangível ultrapassa o prazo do contrato. O ativo financeiro representa o valor remanescente do ativo intangível, ajustado a valor presente, a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente no final do prazo do contrato.

A amortização do ativo iniciará quando a infraestrutura estiver em seu local e na condição necessária para ser operada pela Companhia, sendo cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido, baixado ou deixar de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. Os bens patrimoniais são amortizados de forma linear de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos.

As taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens seguem abaixo:

	<u>Vida útil do intangível</u>	<u>Prazo médio de concessão</u>
Sistemas de água	50 a 60 anos	25 anos
Sistemas de esgoto	50 a 60 anos	25 anos
Bens de uso geral	5 a 10 anos	25 anos

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

#### *Licenças de uso de software*

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que estejam prontos para serem utilizados.

A Companhia iniciou a implantação do Sistema Integrado de Gestão Empresarial (*Enterprise Resource Planning* – ERP) em julho de 2019 tendo prazo de execução estimado em 27 meses.

A amortização ocorrerá a partir do início da operação, com previsão para outubro de 2021. O prazo de amortização será de 5 anos de forma linear.

#### *Impairment de ativos não financeiros*

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

Em virtude da interdependência dos sistemas e da metodologia de subsídio cruzado, aplicável às localidades e à prestação de serviços de saneamento básico, e que faz com que a tomada de decisões na Companhia seja centralizada e baseada nas informações consolidadas da Corsan, a Administração entende possuir uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC).

## **2.12) Instrumentos financeiros**

Os principais ativos financeiros em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, ativos financeiros contratuais, tributos a recuperar e indenizações contratuais. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, obrigações contratuais referentes aos contratos de programa e contratos de repasse.  
Classificação

#### *Ativos Financeiros*

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, dependerá da opção irrevogável no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

#### *Passivos Financeiros*

Os passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado utilizando o método da taxa de juros efetiva. As despesas de juros, ganhos e perdas são reconhecidas no resultado. As obrigações correspondentes são classificadas nos passivos circulante e não circulante de acordo com o prazo. Os títulos emitidos pela Companhia não são conversíveis em ações.

#### *Reconhecimento e desreconhecimento*

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

#### *Mensuração*

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas.

#### *Impairment*

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Para as contas a receber de clientes, se aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48/IFRS 9 e reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

#### **2.13) Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

##### *Provisões para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas*

As provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados da Companhia.

As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente levando em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### **2.14) Benefícios pós-emprego concedidos aos empregados**

A Companhia é patrocinadora da Fundação Corsan, entidade fechada de previdência complementar, cuja principal finalidade é manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação Corsan é do tipo “benefício definido” e a avaliação é procedida por atuário independente.

De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695, de 2012, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.

Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em “outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido, como requerido no CPC 33(R1) e no IAS 19 – Benefício a Empregados.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período até que o direito aos benefícios seja adquirido.



## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são mantidos pela Fundação Corsan.

#### **2.15) Impostos e contribuições**

##### *Contribuição social corrente*

Ativos e passivos tributários correntes do exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor a recuperar ou a pagar para as autoridades fiscais. A alíquota da contribuição social (9%) e as regras tributárias utilizadas para apurar o montante são aquelas que estão em vigor conforme normas estabelecidas para as empresas que têm como base de apuração o lucro real.

##### *Contribuição social diferida*

De acordo com o CPC 32(R2) e o IAS 12, vêm sendo registrados os tributos diferidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Os itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou no resultado ou diretamente no patrimônio líquido. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos.

##### *Imunidade de impostos federais*

Em razão da imunidade tributária, obtida a partir da decisão monocrática que reconheceu a imunidade de impostos federais à Corsan, bem como a restituição dos valores pagos nos exercícios de 1988 a 2018, em 2019 a Companhia deixou de apurar e recolher o IRPJ (imposto de renda pessoa jurídica) e o ITR (imposto territorial rural). O trânsito em julgado do RE 342314/RS, que julgou definitivamente a questão envolvendo a imunidade tributária, ocorreu em 28 de maio de 2020.

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

A Corsan apresentou, em janeiro de 2021, petição de implementação da fase de cumprimento de sentença postulando a devolução, através de precatório, da quantia de R\$ 1.408.327. A quantia envolve a repetição dos impostos federais (IRPJ e ITR) entre 1988 e 2018, atualizados até dezembro de 2020. O índice utilizado para todo o período foi a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), índice aplicado para atualização dos tributos federais.

Seguindo regularmente o trâmite processual, em 05 de abril de 2021, a União apresentou impugnação ao cumprimento de sentença contra a fazenda pública contestando o valor apresentado pela Corsan, impugnação essa que, em suma, reconheceu como devida a quantia de R\$ 128.587. Tal impugnação foi respondida pela Companhia em 30 de abril de 2021, sustentando a manutenção do valor inicialmente pedido, retirando apenas R\$ 16.048, pois os pagamentos de 1997 e 1998 já foram devolvidos à Companhia através de processo administrativo. O precatório no valor de R\$ 128.587 foi expedido em 06 de maio de 2021, com realização prevista até o final de 2022 e expectativa de expedição de precatório relativo aos valores que restaram controvertidos fica prorrogada para 31 de julho de 2022 com realização até o final de 2023.

O valor atualizado em 31 de março de 2021 representa quantia de R\$ 1.397.914, valor este registrado na rubrica de IRPJ e CSLL a recuperar no ativo não circulante, sendo R\$ 861.112 reconhecidos como recuperação de impostos pagos na rubrica de outras receitas e R\$ 536.802 como atualização do valor principal na rubrica de receitas financeiras.

Como impacto da contabilização do ativo, a administração reconheceu os montantes a pagar de R\$ 24.961 referente a Pasep/Cofins e R\$ 48.312 a título de CSLL no passivo não circulante. A Administração da Companhia, suportada por parecer de especialista tributário, entende que a tributação para fins de Pasep/Cofins e CSLL do ganho decorrente do trânsito em julgado desse processo deverá ocorrer apenas sobre o valor da atualização monetária à medida que o valor for recebido pela Companhia.

#### *Contribuições sobre receitas de serviços*

As receitas de serviços estão sujeitas as seguintes contribuições, pelas alíquotas básicas, de acordo com as normas tributárias:

	<u>Alíquotas</u>
Cofins - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,60%
Pasep - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	1,65%

## Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 2.16) Reconhecimento da receita

#### *Prestação de serviços*

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos tributos, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas ainda não faturadas são calculadas com base na receita projetada, à qual aplica-se o percentual correspondente aos dias de consumo que irão compor o faturamento do mês seguinte, mas que, em obediência ao princípio da competência, são reconhecidos no mês em que houve o efetivo consumo e são contabilizadas na conta de Receitas a faturar. Esta contabilização é efetuada de forma segregada entre serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

#### *Contratos de construção*

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47 (IFRS 15) Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico-financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida tomando-se como base as margens anuais contratadas ou estimadas (1,13% em 31 de março de 2021 e 0,80% em 31 de dezembro de 2020).

#### *Receita financeira*

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 2.17) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que for aprovado pelo Conselho de Administração.

O valor dos juros sobre o capital próprio é tratado como dividendo e é apresentado nas demonstrações financeiras como uma redução do Patrimônio Líquido conforme Deliberação CVM nº 683/12. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

As informações de juros sobre o capital próprio estão apresentadas na nota 26d.

#### 2.18) Demonstrações dos fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2)/(IAS 7) – Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

*Atividades operacionais:* referem-se às principais transações da Companhia e a outras atividades que não são de investimento e de financiamento;

*Atividades de investimento:* referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;

*Atividades de financiamento:* referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

#### 2.19) Ajustes a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações financeiras tomadas em conjunto.

Em 31 de março de 2021, os ativos financeiros relacionados à concessão de serviços públicos, as contas a receber de longo prazo e os ativos e passivos de arrendamento foram ajustados a valor presente.

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

#### **2.20) Conversão de moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Em 31 de março de 2021 a Companhia não possui transações em moeda estrangeira.

#### **2.21) Lucro por ação**

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, conseqüentemente, não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia e, desta forma, o dividendo básico e o diluído são de idêntico valor.

#### **2.22) Programa de participação nos lucros e resultados – PPLR**

No exercício são registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estes valores são calculados com base em indicadores e metas definidas pela Administração e apropriados em contas específicas nos grupos de custos dos serviços, despesas comerciais e despesas administrativas.

#### **2.23) Custo de empréstimo**

Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo.

Conforme o ICPC 01(R1) / IFRIC 12, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos relacionados aos contratos de programa de serviços públicos. Após a finalização da obra os valores serão registrados no resultado do período em que ocorrerem.

## Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

#### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Entretanto, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

#### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

##### *Receitas a faturar*

As receitas ainda não faturadas são estimadas a partir da projeção da receita, à qual aplica-se percentual proporcional aos dias de consumo do faturamento do mês subsequente, mas que devem ser reconhecidos no mês de efetivo consumo, sendo contabilizadas na conta de Receitas a faturar. A contabilização é realizada de forma segregada entre serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

##### *Tributos*

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Quando necessário, a administração pode decidir contratar pareceres de especialistas tributários para suportar a tomada de decisão quanto aos valores e momento das tributações de determinadas transações.

Tributo diferido ativo é reconhecido para toda a base negativa de CSLL e para as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização das referidas bases negativas de CSLL. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

#### *Imunidade de tributos federais*

A Companhia teve reconhecida a imunidade tributária para impostos federais por se tratar de sociedade de economia mista prestadora de serviço público de cunho essencial e exclusivo, conforme ação transitada em julgado, motivo pelo qual não recolhe o IRPJ e ITR desde o ano de 2019. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia reconheceu a indenização referente ao ressarcimento dos valores pagos indevidamente, sendo que os principais julgamentos e estimativas relacionados estão descritos na nota 2.15.

#### *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

A Companhia efetua o teste de redução ao valor recuperável quando há indícios de que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos despesas de venda e o valor em uso. A política da Administração se baseia no valor em uso aplicando o modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa são projetados pelo período médio de vigência dos contratos de programa e não incluem investimentos futuros significativos à base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

#### *Benefícios de aposentadoria*

Os estudos atuariais realizados para dimensionar as obrigações e custos dos benefícios de aposentadoria e assistência à saúde têm a finalidade de atender às exigências de contabilização de passivos/ativos resultantes dos benefícios oferecidos pelas empresas aos seus empregados, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 33(R1), em correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 19 (IASB – BV 2012).

Os cálculos atuariais efetuados para dimensionar todas estas obrigações são realizados tendo como base parâmetros técnicos (premissas atuariais, demográficas, econômicas e financeiras) que são reavaliados periodicamente visando atestar sua aderência à massa de participantes do plano.

#### *Provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas*

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas, sendo que os principais julgamentos e estimativas relacionados estão descritos na nota 2.13.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em um período não superior a um ano efetuando alterações de acordo com eventos processuais.

## Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 4. PRONUNCIAMENTOS IFRS NOVOS OU REVISADOS

#### Pronunciamentos do IFRS novos ou revisados

A Companhia observou que as emissões/alterações das normas IFRS efetivas para o exercício vigente não provocaram impacto nestas demonstrações financeiras e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

##### *Melhorias anuais nos CPC/IFRS 2018-2020*

Efetua alterações nas normas CPC 37 (R1)/IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; CPC 48/IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; CPC 06 (R2)/IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e CPC 29/IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

##### *Alteração do CPC27/IAS 16 – Imobilizado*

Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

##### *Alteração do CPC 25/IAS 37 – Contrato oneroso: Custo de cumprimento de um contrato*

Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

##### *Alteração do CPC 15 (R1)/IFRS 3 – Referências a estrutura conceitual*

Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

##### *Alteração do CPC 26 (R1)/IAS 1– Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante*

Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-Circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

##### *Alteração da norma IFRS 17 – Contratos de seguro*



## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras.

#### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

##### a) Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2021	31/12/2020
Depósitos bancários livres	708.479	211.647
Depósitos bancários vinculados	21.037	21.620
<b>Total</b>	<b>729.516</b>	<b>233.267</b>

Na conta depósitos bancários livres há um saldo de R\$ 665.929 depositados na conta SIAC, vinculada ao Governo do Estado do RS, conforme determinado no Decreto nº 33.959, de 31 de maio de 1991, os quais possuem liquidez imediata.

A conta depósitos bancários vinculados apresenta valores referentes a liberações/desembolsos de recursos de terceiros vinculados aos contratos de financiamento e repasse celebrados junto aos agentes financeiros (Caixa, BNDES, Funasa e Focem) e estão disponíveis para utilização a qualquer momento.

Os referidos recursos mantem-se aplicados em contas bancárias de liquidez imediata e exclusivamente dedicadas à operacionalização financeira dos contratos para execução de investimentos em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

##### b) Aplicações financeiras

Banco	Vencimento	31/03/2021	31/12/2020
Caixa Econômica Federal - ANA	2021	7.703	7.676
Banrisul Garantia Debêntures	2021	3.813	3.663
<b>Total Circulante</b>		<b>11.516</b>	<b>11.339</b>

Banco	Vencimento	31/03/2021	31/12/2020
Banrisul Reserva BNDES - PAC 1	2023	6.737	6.508
Banrisul Reserva BNDES - PAC 2	2027	1.987	2.027
Banrisul Reserva BNDES - PAC 2 e Repactuação	2029	7.515	7.142
Caixa Econômica Federal - Reserva	2034	46.641	46.516
Banrisul Reserva PPP	2055	4.316	3.013
<b>Total Não Circulante</b>		<b>67.196</b>	<b>65.206</b>

Referem-se a valores depositados para constituição de garantias contratuais de operações de empréstimos/financiamentos pactuados junto aos agentes financeiros Caixa Econômica Federal e

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, destinados à execução do plano de investimentos da Companhia, contemplando ações de ampliação/melhorias nos sistemas de abastecimento de água, desenvolvimento comercial/institucional e implantação/ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário.

Os recursos das aplicações financeiras descritas acima estão aplicados em fundos de investimento no Banrisul e Caixa Econômica Federal, nos quais a remuneração é variável, definida por marcação a mercado. No trimestre encerrado em 31 de março de 2021, a rentabilidade das aplicações no Banrisul foi de 0,51% e na Caixa Econômica Federal foi de 0,12%.

#### 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contas a receber vincendas		
Particular	204.368	200.863
Pública	7.139	6.654
Contas a receber vencidas		
Particular	309.988	268.909
Pública	22.432	8.464
Receitas a faturar	88.651	93.253
Total de contas a receber	<u>632.578</u>	<u>578.143</u>
Provisão para perdas esperadas	<u>(166.392)</u>	<u>(159.003)</u>
	<u>466.186</u>	<u>419.140</u>
Circulante	462.512	415.615
Não circulante	3.674	3.525
<b>Provisão para perdas esperadas</b>	<b>31/03/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Saldo no início do exercício	(159.003)	(127.729)
Adições	(8.929)	(60.942)
Reversões/realização de perda	1.540	29.668
Saldo no final do exercício	<u>(166.392)</u>	<u>(159.003)</u>

A provisão para perdas esperadas foi constituída considerando a expectativa de perda futura de contas a receber de clientes.

Os valores de contas a receber estão compostos da seguinte forma:

	<u>31/03/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	Particular	Pública	Particular	Pública
A vencer	204.368	7.139	200.863	6.654
Créditos vencidos - 01 a 30 dias	75.401	5.762	62.067	3.873
Créditos vencidos - 31 a 90 dias	39.048	9.021	24.913	856
Créditos vencidos - 91 a 180 dias	15.665	3.430	10.221	145
Créditos vencidos - mais de 181 dias	179.874	4.219	171.708	3.590
Total	<u>514.356</u>	<u>29.571</u>	<u>469.772</u>	<u>15.118</u>

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

O saldo de contas públicas corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos e autarquias dos poderes federal, estadual e municipal. As faturas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul têm sido liquidadas através de pagamentos recíprocos com dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

A conta "Receitas a faturar" se refere aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês, conforme descrito na nota 2.16.

#### 7. ESTOQUES

	<b>31/03/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Tubulações de água e esgoto	<b>76.707</b>	69.132
Materiais de tratamento/laboratório	<b>6.828</b>	6.448
Materiais elétrico e mecânico	<b>5.237</b>	4.435
Materiais de segurança e ambiental	<b>7.534</b>	6.468
Equipamentos de informática e telecomunicações	<b>2.851</b>	3.728
Materiais diversos	<b>16.029</b>	14.678
Provisão para perda	<b>(1.906)</b>	(1.906)
<b>Total</b>	<b>113.280</b>	102.983

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto. Os materiais destinados à aplicação em obras são classificados como ativos de contratos.

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 8. TRIBUTOS

	<b>31/03/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Classificados no ativo não circulante</b>	<b>75.692</b>	66.694
Contribuição social diferida	<b>75.692</b>	66.694
<b>Classificados no passivo não circulante</b>	<b>41.100</b>	41.362
Pasep e Cofins diferidos	<b>41.100</b>	41.362

#### a) Créditos fiscais diferidos

	<b>31/03/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Contribuição social diferida sobre diferenças temporárias:		
Passivo atuarial	<b>955.005</b>	944.110
Provisões para débitos com exigibilidade suspensa	<b>15.197</b>	14.646
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	<b>918.043</b>	860.661
Provisões para perda esperada	<b>53.917</b>	44.989
Provisões para perdas - diversas	<b>9.610</b>	9.610
Precatório Prefeitura de Novo Hamburgo	<b>(113.446)</b>	(103.941)
Reserva de reavaliação	<b>(58.170)</b>	(58.149)
Efeitos da adoção do ICPC01 - contratos de concessão	<b>(211.867)</b>	(215.586)
Encargos financeiros capitalizados	<b>(266.419)</b>	(264.338)
Atualização monetária precatórios	<b>(1.112)</b>	(1.095)
Atualização monetária imunidade tributária	<b>(536.801)</b>	(544.971)
Outras provisões e diferenças temporárias	<b>77.070</b>	55.106
Total das diferenças temporárias	<b>841.027</b>	741.042
Alíquota vigente	<b>9%</b>	9%
Total da contribuição social diferida líquida	<b>75.692</b>	66.694

Quanto à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidente sobre os valores relativos ao precatório proveniente da ação judicial aforada para a obtenção de imunidade tributária de impostos federais (IRPJ e ITR), a Superintendência Jurídica da Companhia exarou parecer, em consonância ao parecer de especialista tributário, indicando que não incide tal contribuição sobre o principal a ser recuperado, desde que, em períodos anteriores, não tiverem sido computados como despesa dedutível da base de cálculo da CSLL, bem como que, sobre o resultado da atualização monetária do principal, deve incidir a CSLL.

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

#### Conciliação alíquota efetiva

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Lucro antes da contribuição social (CSLL)	<b>169.456</b>	226.465
Alíquota vigente	<b>9%</b>	9%
Expectativa de despesa de CSLL, de acordo com a alíquota vigente	<b>(15.251)</b>	(20.382)
Efeito da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Juros sobre capital próprio	-	2.657
Outras diferenças permanentes	<b>390</b>	(268)
Contribuição social no resultado	<b>(14.861)</b>	(17.993)
Corrente	<b>(23.860)</b>	(18.906)
Diferido	<b>8.998</b>	913
Alíquota efetiva	<b>8,77%</b>	7,95%

#### b) Débitos fiscais diferidos

	<u>31/03/2021</u>			<u>31/12/2020</u>		
	<u>Cofins</u>	<u>Pasep</u>	<u>Total</u>	<u>Cofins</u>	<u>Pasep</u>	<u>Total</u>
RTT	<b>34.767</b>	<b>6.333</b>	<b>41.100</b>	34.971	6.391	41.362
Valor passivo	<b>(34.767)</b>	<b>(6.333)</b>	<b>(41.100)</b>	(34.971)	(6.391)	(41.362)

Os débitos fiscais diferidos, reconhecidos sob o RTT, se referem a diferenças entre créditos de depreciação contábil e fiscal e também ao diferimento de tributos incidentes sob o saldo contabilizado dos precatórios em nome da Companhia.

Criado em 2008, o Regime Tributário de Transição (RTT) tratava de ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis que estavam sendo implantados na época, entre os quais a Lei nº 11.638/2007.

Optativo nos anos-calendário de 2008 e 2009, o Regime Tributário de Transição tornou-se obrigatório a partir de 2010, para todas as empresas. O RTT vigorou até 2015 e a partir de então, o saldo passou a ser realizado conforme definido na Lei 12.973/2014.

#### c) Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar

	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto de renda a recuperar	-	-	<b>1.408.196</b>	1.418.589
Contribuição social a recuperar	<b>17.518</b>	21	<b>11.843</b>	11.768
<b>Total</b>	<b>17.518</b>	21	<b>1.420.039</b>	1.430.357

Do saldo de imposto de renda a recuperar, R\$ 1.397.914 corresponde à imunidade tributária reconhecida conforme descrito na nota 2.15.

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

O recebimento dos saldos registrados no ativo não circulante tem a seguinte previsão, por ano:

Ano	Imposto/Contribuição	Valor
2022	Imposto de Renda	128.587
2023	Imposto de Renda	1.269.327
2024	Imposto de Renda	10.282
2024	Contribuição Social	1.055
2025	Contribuição Social	10.788
		<b>1.420.039</b>

## 9. INDENIZAÇÕES CONTRATUAIS

Município	Natureza	31/03/2021	31/12/2020
Erechim	Indenizatória	427	411
Novo Hamburgo <sup>a</sup>	Serviço da dívida	42.424	41.942
Novo Hamburgo <sup>b</sup>	Indenização ao patrimônio	152.880	145.112
Novo Hamburgo <sup>c</sup>	Faturas de água	33.897	32.642
São Gabriel	Tributária	49	47
		<b>229.677</b>	<b>220.154</b>

Os valores acima se referem a ações movidas pela Companhia, para as quais já foi emitido precatório, e que resultaram em indenização conforme a natureza do processo. Os valores mais relevantes estão descritos abaixo:

### Novo Hamburgo:

a) Por força de decisão judicial exarada no processo nº 001/1.15.0168335-8, que tramitou perante a 3ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, restou o Município de Novo Hamburgo condenado a indenizar a Corsan pelo ressarcimento dos financiamentos contraídos para a prestação dos serviços de saneamento que eram executados no Município de Novo Hamburgo. O referido processo transitou em julgado, resultando na expedição de precatório em 20 de fevereiro de 2017. Até 31 de março de 2021, a Companhia recebeu R\$ 10.513.

b) A ação judicial nº 001/1.05.0286812-4, discutiu a indenização relativa ao patrimônio que a Corsan detinha no Município de Novo Hamburgo, afetado à prestação do respectivo serviço. O referido processo transitou em julgado em 07 de junho de 1999, resultando na expedição de precatório em novembro de 2017.

c) Por força de decisão judicial exarada no processo nº 001/1.05.0286844-2, que tramitou perante a 3ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, restou o Município de Novo Hamburgo condenado a pagar à Corsan faturas de água devidas pelo Município no período

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

de 12/1998 a 12/2016. O referido processo transitou em julgado em 01 de julho de 2014, resultando na expedição de precatório em 01 de fevereiro de 2018.

O município de Novo Hamburgo está em regime especial de pagamento de precatórios, e deverá liquidar estes precatórios até o final de 2029.

#### 10. INDENIZAÇÕES POR DESAPROPRIAÇÃO

Referem-se a áreas para construção e/ou ampliação dos sistemas de água e esgoto que foram desapropriadas aguardando documentação de transferência de propriedade para a Corsan.

No trimestre findo em 31 de março de 2021, não foram imobilizados itens patrimoniais (29 itens patrimoniais em 31 de março de 2020 no valor de R\$ 55.314).

#### 11. OUTROS CRÉDITOS

	<b>31/03/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Créditos com prefeituras municipais	<b>4.996</b>	5.025
Adiantamento de férias e 13º salário	<b>3.625</b>	3.747
Indenizações judiciais a receber	<b>1.477</b>	1.477
Por serviços ou obras prestados a terceiros	<b>1.926</b>	2.011
Valores a compensar	<b>209</b>	209
Prêmio de seguro	<b>512</b>	618
Créditos diversos	<b>242</b>	177
	<b>12.987</b>	13.264
Circulante	<b>11.363</b>	11.630
Não circulante	<b>1.624</b>	1.634

A Companhia possui um convênio com a Prefeitura de Sapiranga e com a Caixa Econômica Federal para execução de obras de esgotamento e abastecimento de água no município. Atualmente há tratativas para firmar um termo aditivo que disciplinará a regularidade destes repasses que estão atualmente contabilizados na rubrica "Créditos com prefeituras municipais" e que com a regularização serão apropriados à obra e passarão a compor o saldo do ativo intangível da Corsan.

#### 12. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

A Companhia possui, em 31 de março de 2021, R\$ 620.393 a receber do poder concedente (municípios), referente ao montante esperado de ressarcimento do valor residual da infraestrutura ao final das concessões (R\$ 588.827 em 31 de dezembro de 2020). Este valor foi ajustado ao respectivo valor presente no reconhecimento inicial, tendo sido descontado pelo custo médio ponderado de capital, conforme segue:

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	<b>31/03/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Ativos financeiros	<b>1.392.339</b>	1.348.229
( - ) Ajuste a valor presente	<b>(771.946)</b>	(759.402)
<b>Total</b>	<b>620.393</b>	588.827

#### Movimentação do ativo financeiro

	<b>31/03/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Saldo no início do exercício	<b>588.827</b>	341.039
Constituição/realização de AVP	<b>9.746</b>	36.435
Adições	<b>1.122</b>	752
Baixas	-	1.893
Transferências líquidas	<b>20.698</b>	208.708
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>620.393</b>	588.827

Os ajustes a valor presente (AVP) são contabilizados como conta redutora do ativo financeiro e como acréscimo do ativo intangível. A realização é calculada mensalmente pela mesma taxa de desconto (WACC), gerando uma receita financeira de ajuste a valor presente que acresce o ativo financeiro e uma despesa de amortização que reduz o ativo intangível.

#### Transferência de bens e serviços da Corsan para o poder concedente

Atualmente a Companhia está pleiteando judicialmente a indenização pelos investimentos realizados nos municípios de Uruguaiana, São Gabriel e Teutônia, com os quais os contratos foram encerrados:

**a) Uruguaiana:** No ano de 2014 foi ajuizada ação de indenização estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 31 de março de 2021 totaliza R\$ 32.190 (R\$ 32.190 em 31 de dezembro de 2020).

**b) São Gabriel:** Após retomada, pelo Município de São Gabriel, dos serviços de água e esgoto que eram prestados pela Corsan, foi ajuizada ação judicial de cobrança relativa ao patrimônio que era afetado à execução dos citados serviços, estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 31 de março de 2021 totaliza R\$ 3.831 (R\$ 3.831 em 31 de dezembro de 2020).

**c) Teutônia:** Após retomada, pelo Município de Teutônia, dos serviços de água e esgoto que eram prestados pela Corsan, foi ajuizada ação judicial de cobrança relativa ao patrimônio que era afetado à execução dos citados serviços, estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 31 de março de 2021 totaliza R\$ 292 (R\$ 292 em 31 de dezembro de 2020).

Os saldos contábeis em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 referem-se ao ativo construído no município e que é objeto da indenização pelo poder concedente e serão atualizados a partir do trânsito em julgado.



## Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 13. ATIVOS DE CONTRATOS

<b>Custo</b>	<b>Obras em andamento</b>	<b>Estoques para obras</b>	<b>Total dos ativos de contratos</b>
Saldos em 31/12/2020	1.152.016	22.144	1.174.160
Adições	68.774	9.437	78.211
Baixas e perdas	(368)	-	(368)
Transferências	(74.938)	(6.048)	(80.986)
<b>Saldos em 31/03/2021</b>	<b>1.145.484</b>	<b>25.533</b>	<b>1.171.017</b>
<b>Custo</b>	<b>Obras em andamento</b>	<b>Estoques para obras</b>	<b>Total dos ativos de contratos</b>
Saldos em 31/12/2019	1.591.935	33.308	1.625.243
Adições	72.592	22.164	94.756
Transferências	(720.285)	(667)	(720.952)
<b>Saldos em 31/03/2020</b>	<b>944.242</b>	<b>54.805</b>	<b>999.047</b>

As adições compreendem R\$ 20.772 para sistemas de água e R\$ 48.002 para sistemas de esgoto.

No trimestre findo em 31 de março de 2021, 191 obras foram concluídas, sendo transferidas para Ativo Intangível e Ativo Financeiro.

O critério de classificação está descrito na nota 2.10.

**Notas Explicativas**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021  
(Valores expressos em milhares de reais)

**14. IMOBILIZADO**

<b>Custo</b>	<b>Sistemas de esgoto</b>	<b>Bens de uso geral</b>	<b>Obras em andamento</b>	<b>Total do imobilizado</b>
Saldos em 31/12/2020	22.574	427.794	2.673	453.041
Adições	-	5.916	48	5.964
Baixas	-	(1.209)	-	(1.209)
Transferências	-	(506)	(16)	(522)
<b>Saldos em 31/03/2021</b>	<b>22.574</b>	<b>431.995</b>	<b>2.705</b>	<b>457.274</b>

<b>Depreciação</b>				
Saldos em 31/12/2020	(20.023)	(308.294)	-	(328.317)
Depreciações	(84)	(5.656)	-	(5.740)
Baixas	-	1.186	-	1.186
Transferências	-	191	-	191
<b>Saldos em 31/03/2021</b>	<b>(20.107)</b>	<b>(312.573)</b>	<b>-</b>	<b>(332.680)</b>

Saldos líquidos em 31/12/2020	2.551	119.500	2.673	124.724
<b>Saldos líquidos em 31/03/2021</b>	<b>2.467</b>	<b>119.422</b>	<b>2.705</b>	<b>124.594</b>

<b>Custo</b>	<b>Sistemas de esgoto</b>	<b>Bens de uso geral</b>	<b>Obras em andamento</b>	<b>Total do imobilizado</b>
Saldos em 31/12/2019	22.534	404.838	1.747	429.119
Adições	-	3.119	225	3.344
Baixas	-	(2.580)	-	(2.580)
Transferências	-	(769)	-	(769)
<b>Saldos em 31/03/2020</b>	<b>22.534</b>	<b>404.608</b>	<b>1.972</b>	<b>429.114</b>

<b>Depreciação</b>				
Saldos em 31/12/2019	(19.687)	(289.875)	-	(309.562)
Depreciações	(85)	(5.333)	-	(5.418)
Baixas	-	1.621	-	1.621
Transferências	-	102	-	102
<b>Saldos em 31/03/2020</b>	<b>(19.772)</b>	<b>(293.485)</b>	<b>-</b>	<b>(313.257)</b>

Saldos líquidos em 31/12/2019	2.847	114.963	1.747	119.557
<b>Saldos líquidos em 31/03/2020</b>	<b>2.762</b>	<b>111.123</b>	<b>1.972</b>	<b>115.857</b>

A depreciação do período apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$ 3.172 (R\$ 2.785 em 31 de março de 2020), R\$ 319 (R\$ 387 em 31 de março de 2020) como despesa comercial e R\$ 2.249 (R\$ 2.246 em 31 de março de 2020) como despesa administrativa.

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Sob a rubrica “sistemas de esgotos”, são registrados itens do ativo imobilizado utilizados pela Companhia em atividades próprias ou para prestação de serviços não relacionados à concessão pública, como, por exemplo, tratamento de esgoto de condomínios industriais privados.

Sob a rubrica “bens de uso geral”, são registrados terrenos, imóveis, veículos e máquinas utilizados pela Companhia em atividades indiretas necessárias para o funcionamento e consecução das atividades relacionadas à concessão pública.

	Edifícios	Máquinas	Veículos	Demais bens móveis	Total de bens de uso geral
Saldo contábil	144.612	9.081	27.784	250.518	431.995
(-) Depreciação acumulada	(118.158)	(7.262)	(19.398)	(167.755)	(312.573)
<b>Saldos líquidos em 31/03/2021</b>	<b>26.454</b>	<b>1.819</b>	<b>8.386</b>	<b>82.763</b>	<b>119.422</b>

## 15. INTANGÍVEL

Custo	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Licenças de software	Total do intangível
Saldos em 31/12/2020	1.488.212	1.447.691	290.401	13.919	3.240.223
Adições	3.166	4	4.785	1.908	9.863
Baixas	-	-	(133)	-	(133)
Transferências	11.038	49.564	1.041	-	61.643
<b>Saldos em 31/03/2021</b>	<b>1.502.416</b>	<b>1.497.259</b>	<b>296.094</b>	<b>15.827</b>	<b>3.311.596</b>

### Amortização

Saldos em 31/12/2020	(457.202)	(293.939)	(104.563)	-	(855.704)
Amortizações	(17.447)	(12.207)	(3.771)	-	(33.425)
Baixas	-	-	126	-	126
Transferências	-	-	(246)	-	(246)
<b>Saldos em 31/03/2021</b>	<b>(474.649)</b>	<b>(306.146)</b>	<b>(108.454)</b>	<b>-</b>	<b>(889.249)</b>

Saldos líquidos em 31/12/2020	1.031.010	1.153.752	185.838	13.919	2.384.519
<b>Saldos líquidos em 31/03/2021</b>	<b>1.027.767</b>	<b>1.191.113</b>	<b>187.640</b>	<b>15.827</b>	<b>2.422.347</b>

Custo	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Licenças de software	Total do intangível
Saldos em 31/12/2019	1.217.259	1.139.381	203.747	7.998	2.568.385
Adições	3.150	295	1.012	898	5.355
Baixas	(2.745)	-	(7)	-	(2.752)
Transferências	233.350	245.828	59.510	-	538.688
<b>Saldos em 31/03/2020</b>	<b>1.451.014</b>	<b>1.385.504</b>	<b>264.262</b>	<b>8.896</b>	<b>3.109.676</b>

**Notas Explicativas**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021  
(Valores expressos em milhares de reais)

**Amortização**

Saldos em 31/12/2019	(396.133)	(248.138)	(88.715)	-	(732.986)
Amortizações	(13.973)	(9.280)	(3.386)	-	(26.639)
Baixas	2.728	-	5	-	2.733
Transferências	-	-	(116)	-	(116)
<b>Saldos em 31/03/2020</b>	<b>(407.378)</b>	<b>(257.418)</b>	<b>(92.212)</b>	<b>-</b>	<b>(757.008)</b>
Saldos líquidos em 31/12/2019	821.126	891.243	115.032	7.998	1.835.399
<b>Saldos líquidos em 31/03/2020</b>	<b>1.043.636</b>	<b>1.128.086</b>	<b>172.050</b>	<b>8.896</b>	<b>2.352.668</b>

A amortização do período apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$ 33.425 (R\$ 26.639 em 31 de março de 2020).

Sob a rubrica “bens de uso geral”, são registrados imóveis e equipamentos necessários à administração e manutenção dos sistemas de água e esgoto diretamente relacionados à concessão pública. Tais ativos têm vida útil específica.

Licença de uso de software não apresenta amortização, pois o projeto está em fase de implantação (nota 2.11).

O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o trimestre findo em 31 de março de 2021 foi de R\$ 3.204 (R\$ 4.350 em 31 de março de 2020).

Na data do balanço, não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para perda do valor recuperável de ativos.

**16. DIREITOS DE USO DE ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS****a) Ativos de direito de uso**

<b>Ativo - Imobilizado</b>	<b>Imóveis</b>	<b>Veículos</b>	<b>Equipamentos de informática</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31/12/2020	6.057	33.047	4.677	43.781
Ajuste por remensuração	24	-	-	24
(-) Depreciação acumulada	(856)	(4.674)	(289)	(5.819)
<b>Saldos em 31/03/2021</b>	<b>5.225</b>	<b>28.373</b>	<b>4.388</b>	<b>37.986</b>

**Notas Explicativas**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021  
(Valores expressos em milhares de reais)

<b>Ativo - Imobilizado</b>	<b>Imóveis</b>	<b>Veículos</b>	<b>Equipamentos de informática</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31/12/2019	5.288	52.592	6.412	64.292
(-) Exclusões	(117)	-	-	(117)
(-) Depreciação acumulada	(813)	(4.886)	(434)	(6.133)
<b>Saldos em 31/03/2020</b>	<b>4.358</b>	<b>47.706</b>	<b>5.978</b>	<b>58.042</b>

**b) Passivos de arrendamento**

<b>Passivo</b>	<b>Imóveis</b>	<b>Veículos</b>	<b>Equipamentos de informática</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31/12/2020	6.133	33.049	4.676	43.858
Ajuste de remensuração	24	-	-	24
(-) Pagamentos	(909)	(4.708)	-	(5.617)
Realização do AVP	71	35	-	106
<b>Saldos em 31/03/2021</b>	<b>5.319</b>	<b>28.376</b>	<b>4.676</b>	<b>38.371</b>

Circulante

**23.641**

Não circulante

**14.730**

<b>Passivo</b>	<b>Imóveis</b>	<b>Veículos</b>	<b>Equipamentos de informática</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31/12/2019	5.375	52.594	6.411	64.380
(-) Exclusões	(117)	-	-	(117)
(-) Pagamentos	(825)	(5.564)	(556)	(6.945)
Realização do AVP	39	678	122	839
<b>Saldos em 31/03/2020</b>	<b>4.472</b>	<b>47.708</b>	<b>5.977</b>	<b>58.157</b>

Circulante

**22.930**

Não circulante

**35.227**

A metodologia utilizada está descrita na nota 2.9.

**c) Cronograma de vencimento dos arrendamentos**

<b>Ano de vencimento</b>	<b>Imóveis</b>	<b>Veículos</b>	<b>Equipamentos de informática</b>	<b>Total</b>
2021	2.028	16.433	2.224	<b>20.685</b>
2022	1.882	14.459	2.224	<b>18.565</b>
2023	1.366	-	370	<b>1.736</b>
2024	375	-	-	<b>375</b>
2025	67	-	-	<b>67</b>
	<b>5.718</b>	<b>30.892</b>	<b>4.818</b>	<b>41.428</b>
Juros embutidos	(399)	(2.516)	(142)	<b>(3.057)</b>
<b>Saldo do passivo de arrendamento</b>	<b>5.319</b>	<b>28.376</b>	<b>4.676</b>	<b>38.371</b>

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

#### d) Direito potencial de Pasep/Cofins a recuperar

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de Pasep/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento.

Saldos nominais e saldos ajustados a valor presente:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	38.956	35.708
Pasep/Cofins (9,25%)	3.603	3.303

#### e) Divulgações adicionais requeridas pela CVM

A Companhia, em plena conformidade com o CPC 06(R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06(R2).

Assim, para resguardar a representação fidedigna da informação, e para atender orientação das áreas técnicas da CVM visando preservar os investidores do mercado brasileiro, a Administração realiza o acompanhamento e apresentação dos saldos comparativos do passivo de arrendamento considerando os fluxos com expectativas inflacionárias descontados:

	2021	2022	2023	2024	2025
<i>Passivo de arrendamento</i>					
Contábil - CPC 06 (R2) / IFRS 16	38.371	20.743	3.514	1.976	1.713
Fluxo com projeção da inflação	40.217	21.431	3.607	2.037	1.767
Variação	4,81%	3,31%	2,65%	3,08%	3,15%
<i>Despesa financeira</i>					
Contábil - CPC 06 (R2) / IFRS 16	3.057	1.336	199	112	97
Fluxo com projeção da inflação	3.204	1.383	205	115	100
Variação	4,81%	3,52%	3,25%	3,25%	3,25%

## 17. SEGUROS

Em função das características de suas operações serem multilocalizadas, com base em programa de gerenciamento de riscos, através de análise de priorização com a análise da baixa probabilidade e pequeno impacto representando pequenos problemas e prejuízos, a Companhia não adota política de transferir o risco de sinistro através de contratação de seguros.

A Corsan vem buscando a inserção no mercado de seguros, de modo a avaliar as alternativas e aplicabilidade adequada para a organização.

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia firmou contrato com a SOMPO SEGUROS S.A. para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para conselheiros e administradores (D&O – Directors and Officers), com vigência até 06 de março de 2022.

Adicionalmente, a Corsan está visando a modelagem de processo licitatório para contratação de Seguradora, no mercado nacional, para oferecer cobertura e emissão de apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. A contratação contemplará, também, cobertura para demais modalidades de garantias como contratos, licitações, comercialização de energia, entre outras.

#### 18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Indexador	Taxa de juro anual	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
BNDES	TJLP	2,61%	15/07/29	<b>54.875</b>	53.837	<b>112.334</b>	123.975
BNDES - FINEM	IPCA-IBGE	2,78%	15/08/38	<b>9.306</b>	9.498	<b>80.130</b>	82.279
BNDES - CG	SELIC AC.	2,50%	15/11/23	<b>37.376</b>	37.209	<b>62.211</b>	71.183
Caixa Econômica Federal	UPR	6,08%	15/07/38	<b>11.887</b>	11.361	<b>177.307</b>	175.792
Prefeitura Municipal de Encantado	UPR	6,00%	06/05/30	<b>77</b>	76	<b>753</b>	771
Prefeitura Municipal de Osório	UPR	6,00%	04/08/30	<b>1.771</b>	1.759	<b>13.559</b>	13.888
Prefeitura Municipal de Sapiranga	UPR	5,00%	15/09/31	<b>168</b>	299	<b>3.306</b>	3.306
Prefeitura Municipal de Torres	UPR	6,00%	05/04/28	<b>341</b>	342	<b>1.827</b>	1.902
<b>Total</b>				<b>115.801</b>	114.381	<b>451.427</b>	473.096

Com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a Corsan firmou 7 Contratos de Financiamento objetivando a implantação, ampliação e modernização de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a renovação do parque de hidrômetros, ações de automação e telemetria, em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

A operação de crédito, na modalidade BNDES – CG, foi destinada ao apoio financeiro para capital de giro.

Determinados contratos mantidos com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social - BNDES possuem cláusulas financeiras que estabelecem metas de desempenho econômico-financeiro, que, se cumpridas, possibilitam à Companhia uma redução em sua taxa de juros contratual. Os juros sobre estes empréstimos são apropriados considerando os impactos decorrentes da aplicação de tais cláusulas.

Demais contratos de financiamento celebrados junto à Caixa Econômica Federal, lastreados em recursos do FGTS oriundos do Programa Saneamento para Todos, foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgotamento sanitário e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Os contratos com as Prefeituras Municipais de Encantado, Osório, Sapiranga e de Torres foram firmados junto à Caixa Econômica Federal, onde a Companhia figura como Interveniente Anuente – Agente Promotor (responsável pela execução, acompanhamento e fiscalização das ações propostas no financiamento), visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios.

#### *Cláusulas contratuais restritivas – Covenants e garantias*

A Corsan firmou empréstimos e financiamentos com condições contratuais específicas, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em determinados índices financeiros e com periodicidade de apuração semestral e anual, conforme estabelecido nos respectivos termos. Alguns contratos preveem que, no caso de descumprimento desses índices, a Companhia apresente garantias reais adicionais ao credor ou restabeleça os índices financeiros previstos nos contratos em determinado prazo.

As garantias oferecidas pela Corsan nas referidas operações foram estabelecidas sob a forma de Penhor dos Direitos Emergentes da Concessão e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, operacionalizadas através da constituição de contas bancárias específicas para a manutenção de saldos em aplicação (Conta Reserva) e fluxo de valores (Conta Vinculada), durante a vigência dos contratos.

Em eventual descumprimento dos índices financeiros ou nos níveis de garantia pactuados, além dos limites de aceitação dos credores, poderá ser decretado o vencimento antecipado das dívidas.

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

<b>Ano</b>	<b>31/03/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
2022	58.375	80.065
2023	72.762	72.334
2024	37.083	36.596
2025	38.451	37.853
2026	39.938	39.217
Após 2026	204.818	207.031
<b>Total</b>	<b>451.427</b>	<b>473.096</b>



## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Os detalhes da movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia estão demonstrados a seguir:

	BNDES	BNDES FINEM	BNDES CG	BID	CEF	Prefeituras	Total Calculado
Saldo em 31/12/2019	179.329	60.416	107.366	14.980	201.460	20.497	584.048
Captação	-	-	-	-	1.535	19	1.554
Pagamento de principal	(10.491)	-	-	-	(9.135)	(943)	(20.569)
Pagamento de juros	(3.034)	(1.683)	(666)	-	(4.114)	(23)	(9.520)
Provisão de juros e variação cambial	2.970	1.738	1.749	2.500	4.127	362	13.446
<b>Saldo em 31/03/2020</b>	<b>168.774</b>	<b>60.471</b>	<b>108.449</b>	<b>17.480</b>	<b>193.873</b>	<b>19.912</b>	<b>568.959</b>
Saldo em 31/12/2020	177.812	91.777	108.392	-	187.154	22.342	587.477
Captação	3.041	-	-	-	11.366	19	14.426
Pagamento de principal	(13.608)	(2.136)	(9.301)	-	(11.359)	(859)	(37.263)
Pagamento de juros	(2.648)	(3.470)	(621)	-	(1.854)	(18)	(8.611)
Provisão de juros e variação cambial	2.612	3.265	1.117	-	3.887	318	11.199
<b>Saldo em 31/03/2021</b>	<b>167.209</b>	<b>89.436</b>	<b>99.587</b>	<b>-</b>	<b>189.194</b>	<b>21.802</b>	<b>567.228</b>

## 19. DEBÊNTURES

Em 19 de março de 2021 a Companhia finalizou a 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em 3 (três) séries, para distribuição pública com esforços restritos, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de fevereiro de 2021.

As debêntures da terceira e quarta séries foram caracterizadas como “Debêntures Verdes” com base em parecer de *second opinion* emitido em 11 de março de 2021 pela consultoria especializada Sitawi Finanças do Bem, elaborado com base nas diretrizes do *Guideline de Green Bond Principles* (GBP), de junho de 2018 emitido pelo *International Capital Market Association* (ICMA).

A segunda série possui prazo de 5 anos e amortização com parcelas anuais iniciando em 15 de fevereiro de 2023. A Terceira Série possui prazo de 7 anos e amortização com parcelas anuais iniciando em 15 de fevereiro de 2025. A quarta série possui prazo de 10 anos e amortização com parcelas anuais iniciando em 15 de fevereiro de 2025.

**Notas Explicativas**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021  
(Valores expressos em milhares de reais)

Os saldos dos contratos de debêntures em 31 de março de 2021 são:

	Indexador	Taxa de juros anual	Circulante		Não circulante	
			31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
			3ª Emissão - 1ª série	TJLP	1,92%	-
3ª Emissão - 2ª série	IPCA	1,92%	-	4.367	-	-
3ª Emissão - 3ª série	TJLP	1,92%	-	247	-	-
4ª Emissão - 2ª série	CDI	2,25%	-	-	<b>144.524</b>	-
4ª Emissão - 3ª série	IPCA	4,385%	-	-	<b>110.801</b>	-
4ª Emissão - 4ª série	IPCA	4,833%	-	-	<b>322.769</b>	-
<b>Total</b>			-	4.811	<b>578.094</b>	-

O custo da captação de recursos relativo à 4ª (quarta) emissão de debêntures simples foi de R\$ 21.906, o qual foi considerado na determinação da taxa efetiva de juros, calculada em 8,9231% (2ª série), 4,9415% + IPCA (3ª série) e 5,2236% + IPCA (4ª série).

Os detalhes da movimentação das debêntures emitidas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

	Saldo em 31/12/2019	Captação	Pagamento	Provisão de juros	Saldo em 31/03/2020
3ª Emissão - 1ª série	2.567	-	(632)	39	<b>1.974</b>
3ª Emissão - 2ª série	8.363	-	(4.288)	91	<b>4.166</b>
3ª Emissão - 3ª série	3.209	-	(790)	49	<b>2.468</b>
	<b>14.139</b>	-	<b>(5.710)</b>	<b>179</b>	<b>8.608</b>

	Saldo em 31/12/2020	Captação *	Pagamento	Provisão de juros	Saldo em 31/03/2021
3ª Emissão - 1ª série	197	-	(198)	1	-
3ª Emissão - 2ª série	4.367	-	(4.397)	30	-
3ª Emissão - 3ª série	247	-	(248)	1	-
4ª Emissão - 2ª série	-	144.524	-	-	<b>144.524</b>
4ª Emissão - 3ª série	-	110.801	-	-	<b>110.801</b>
4ª Emissão - 4ª série	-	322.769	-	-	<b>322.769</b>
	<b>4.811</b>	<b>578.094</b>	<b>(4.843)</b>	<b>32</b>	<b>578.094</b>

\*Os valores de captação referente à quarta emissão estão apresentados líquidos dos custos da emissão.

**Notas Explicativas**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021  
(Valores expressos em milhares de reais)

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

<b>Ano</b>	<b>31/03/2021</b>
2023	36.131
2024	36.131
2025	109.941
2026	109.941
Após 2026	285.950
<b>Total</b>	<b>578.094</b>

**20. PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES**

<b>Imposto ou Contribuição</b>	<b>Taxa de juros</b>	<b>Último vencimento</b>	<b>Circulante</b>		<b>Não circulante</b>	
			<b>31/03/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/03/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Cofins	Selic	12/2022	7.745	7.716	5.809	7.716
Pasep	Selic	12/2022	1.681	1.675	1.261	1.675
Contribuição social	Selic	12/2022	804	802	603	802
Imposto de renda	Selic	12/2022	5.472	5.451	4.104	5.451
<b>Total</b>			<b>15.702</b>	<b>15.644</b>	<b>11.777</b>	<b>15.644</b>

Os detalhes da movimentação referente aos parcelamentos de impostos e contribuições dos quais a Companhia é parte estão demonstrados a seguir:

<b>Parcelamento</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Provisão de juros</b>	<b>Saldo em 31/03/2020</b>
Cofins	22.573	(1.893)	199	20.879
Pasep	4.901	(411)	43	4.533
Contribuição social	2.344	(197)	21	2.168
Imposto de renda	15.948	(1.337)	140	14.751
	<b>45.766</b>	<b>(3.838)</b>	<b>403</b>	<b>42.331</b>

<b>Parcelamento</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Provisão de juros</b>	<b>Saldo em 31/03/2021</b>
Cofins	15.432	(1.933)	55	13.554
Pasep	3.350	(419)	11	2.942
Contribuição social	1.604	(202)	5	1.407
Imposto de renda	10.902	(1.367)	41	9.576
	<b>31.288</b>	<b>(3.921)</b>	<b>112</b>	<b>27.479</b>

## Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 21. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

	<b>31/03/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Bento Gonçalves	<b>5.000</b>	5.000
Guaíba	<b>2.165</b>	-
Ijuí	<b>5.000</b>	8.000
<b>Total</b>	<b>12.165</b>	13.000
Circulante	<b>9.135</b>	9.000
Não circulante	<b>3.030</b>	4.000

Nos contratos de programa desses municípios há uma cláusula específica definindo que a Companhia realizará aportes extraordinários ao Fundo Municipal de Gestão Compartilhada - FMGC, os quais tem datas ou condicionantes estabelecidos e parcelas pré-fixadas.

### 22. OUTROS DÉBITOS

	<b>31/03/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Convênio Sesi	<b>154</b>	191
Depósitos e retenções contratuais	<b>6.225</b>	6.012
Outras contas a pagar	<b>2.051</b>	1.654
<b>Total</b>	<b>8.430</b>	7.857

### 23. CONTRATOS DE REPASSE

	<b>31/03/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Orçamento Geral da União - OGU	<b>44.316</b>	44.316
Agência Nacional de Águas - ANA	<b>5.142</b>	5.142
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	<b>784</b>	784
Fundo Convergência Estrutural do Mercosul - Focem	<b>3.653</b>	3.653
<b>Total</b>	<b>53.895</b>	53.895

#### a) Orçamento Geral da União - OGU

A Corsan assinou contratos junto à União para recebimento de recursos a fundo perdido para aplicação em investimentos de água e esgoto. Até 31 de março de 2021, foi liberado um total de R\$357.629, referente a 44 contratos junto ao Ministério das Cidades e 08 contratos junto à Fundação Nacional de Saúde – Funasa.

Por força de convênio com o Governo Estadual, a Corsan foi autorizada a proceder aumento de capital, sendo que R\$302.489 foram incorporados ao seu Capital Social nos anos de 2011, 2015 e 2020. Os R\$ 44.316 inscritos no passivo não circulante referem-se a obras em andamento ou em fase de conclusão e R\$10.824 transferidos para AFAC derivam de contratos de repasse que já tiveram prestações de contas aprovadas.

#### b) Agência Nacional das Águas – ANA

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Foi assinado contrato 092/Ana/2014 – Prodes entre a Agência Nacional das Águas – ANA e a Companhia, que tem por propósito a transferência de recursos a título de compra de esgoto tratado no município de Erechim. Os valores são transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação.

#### c) Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Foi assinada, em 27 de fevereiro de 2018, a carta-convênio referente a Cooperação Técnica Não-Reembolsável Nº ATN/OC-16407-BR e ATN/OC-16408-BR Apoio à Preparação do “Programa de Ampliação e Melhoria dos Serviços de Água Potável do Estado do Rio Grande do Sul –PROSASUL, cujo objeto é apoiar na preparação de estudos, documentos operacionais e projetos que permitam desenvolver as atividades necessárias para a definição, planejamento e preparação do programa PROSASUL e gerar condições para sua execução eficiente.

#### d) Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul – Focem

Foi aprovado em 30 de novembro de 2011 o projeto Saneamento Urbano Integrado Aceguá/Brasil e Aceguá/Uruguai para a implantação de obras de infraestrutura hídrica para contenção e adução de água bruta, de saneamento ambiental e de macrodrenagem.

## 24. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E TRABALHISTAS

As provisões para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável e foram contabilizados de acordo com a expectativa de perda “provável”, com base na opinião dos Administradores e da Superintendência Jurídica da Companhia.

A provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas, líquida dos depósitos judiciais vinculados é composta como segue:

	31/03/2021			31/12/2020		
	Provisões	Depósitos judiciais vinculados	Provisões líquidas de depósitos	Provisões	Depósitos judiciais vinculados	Provisões líquidas de depósitos
Ações tributárias, cíveis e ambientais	174.808	(42.330)	132.478	165.672	(37.465)	128.207
Ações trabalhistas	743.235	(366.526)	376.709	694.989	(356.002)	338.987
<b>Total</b>	<b>918.043</b>	<b>(408.856)</b>	<b>509.187</b>	<b>860.661</b>	<b>(393.467)</b>	<b>467.194</b>
Circulante	186.602	(186.602)	-	186.602	(186.602)	-
Não circulante	731.441	(222.254)	509.187	674.059	(206.865)	467.194

Segue a movimentação das provisões e depósitos judiciais vinculados no trimestre findo em 31 de março de 2021:

**Notas Explicativas**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021  
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2020	Provisões adicionais	Juros e atualização monetária	Saques e reversões	31/03/2021
Ações tributárias, cíveis e ambientais	165.672	292	13.965	(5.121)	174.808
Ações trabalhistas	694.989	13.046	37.814	(2.614)	743.235
Subtotal	860.661	13.338	51.779	(7.735)	918.043
Depósitos judiciais vinculados	(393.467)	(47.154)	-	31.765	(408.856)
<b>Total</b>	<b>467.194</b>	<b>(33.816)</b>	<b>51.779</b>	<b>24.030</b>	<b>509.187</b>

**Provisões***Ações trabalhistas*

a) Processo nº 0114000-44.1996.5.04.0122 Arno dos Reis Junqueira - Trata-se de ação com pedido de suplementação de aposentadoria, ou, sucessivamente, pedido de reintegração no emprego. O processo está em fase de Execução, aguardando o julgamento dos recursos de Agravo de Petição. Essa provisão totaliza, em 31 de março de 2021, R\$ 15.914 (R\$ 12.776 em 31 de dezembro 2020).

b) Processo nº 0000972-51.2012.5.04.0021 ajuizado pelo Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado do Rio Grande do Sul - Sintec, refere-se a diferenças salariais decorrentes da consideração de diversas parcelas de natureza salarial na base de cálculo do adicional de periculosidade. Esta provisão totaliza em 31 de março de 2021 R\$ 5.220 (R\$ 4.957 em 31 de dezembro de 2020).

c) Processo nº 0190300-60.2004.5.04.0221 ajuizado pelo Sindiágua, refere-se ao pagamento de adicional noturno e diferenças de horas extras em razão do cômputo da jornada reduzida, em parcelas vencidas e vincendas, bem como às diferenças salariais decorrentes da concessão de promoções por antiguidade, também em parcelas vencidas e vincendas. Após a garantia do juízo através de apólice de seguro garantia foram opostos Embargos à Execução, julgados parcialmente procedentes pelo Juiz. Após o julgamento dos Embargos de Declaração da sentença foi interposto agravo de petição em face da decisão, o qual aguarda remessa dos autos ao Tribunal Regional do Trabalho. Esta provisão totaliza em 31 de março de 2021 R\$ 14.747 (R\$ 14.081 em 31 de dezembro de 2020).

d) Processo nº 0021015-88.2020.5.04.0001 ajuizado pelo SENGE pleiteando diferenças de adicional de periculosidade em relação à base de cálculo. O processo encontra-se atualmente em fase conciliatória. Esta provisão totaliza em 31 de março de 2021 R\$ 7.792 (R\$ 90 em 31 de dezembro de 2020).

e) Outras reclamatórias trabalhistas - Estas se referem a reclamatórias movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 3.217 ações. Em 31 de março de 2021, as provisões referentes a outras reclamatórias trabalhistas totalizam R\$ 699.562 (R\$ 663.085 em 31 de dezembro de 2020).

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

#### *Ações cíveis, ambientais e tributárias*

- a) Processo nº 001/1.16.0062447-3 ajuizado pela empresa Goetze Lobato Engenharia, em 27/05/2016, ação em face da Corsan, pretendendo obter indenização por alegado desequilíbrio econômico-financeiro do contrato firmado para a execução de estação de tratamento de esgoto sanitário e implantação de sistema de esgoto sanitário na região de Esteio e Sapucaia do Sul. Apresentada contestação pela Corsan, o feito encontra-se atualmente na fase instrutória. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de março de 2021 no montante de R\$ 29.587 (R\$ 26.911 em 31 de dezembro de 2020).
- b) Processo nº 001/1.16.0124873-4 ajuizado pela empresa Marco Projetos Ltda., em 19/09/2016, pretendendo obter indenização referente ao contrato firmado para ampliação do sistema de esgoto sanitário nas localidades de Esteio e Sapucaia do Sul. A empresa requereu a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Apresentada contestação pela Corsan, o feito encontra-se atualmente na fase instrutória. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de março de 2021 no montante de R\$ 17.320 (R\$ 15.748 em 31 de dezembro de 2020).
- c) Processo nº 026/1.13.0007133-1 que trata de impugnação a fase de cumprimento de sentença decorrente da execução de título judicial deflagrada sob nº 026/1.06.0003391-7, oriunda de reequilíbrio econômico e financeiro e sub empreitada que tinha por objeto viabilizar o projeto Lago Dourado, no Município de Santa Cruz do Sul. O valor executado decorre diferenças entre o devido e o já depositado em Juízo. A questão vem sendo discutida em diversos incidentes processuais e, atualmente, aguarda decisão do Superior Tribunal de Justiça quanto a existência ou não de diferenças a pagar, bem como seu respectivo montante. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de março 2021 no montante de R\$ 16.671 (R\$ 15.298 em 31 de dezembro de 2020).
- d) Processo nº 001/1.16.0095286-1 ajuizado pela empresa Marco Projetos Ltda., em 11/08/2016, pretendendo obter indenização referente ao contrato firmado para a execução de obras da nova estação de tratamento de esgoto de Alvorada. A empresa requereu a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Além disso, afirmou que a Corsan não pagou diversas faturas no prazo pactuado, gerando prejuízos. Apresentada contestação pela Corsan, o feito encontra-se atualmente na fase instrutória. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de março 2021 no montante de R\$ 16.763 (R\$ 15.244 em 31 de dezembro de 2020).
- e) Processo nº 142/1.03.0003204-4 que trata de Ação Civil Pública questionando a cobrança de esgoto no bairro COHAB-PROMORAR em Igrejinha. O pedido é para que a Corsan seja condenada a se abster de efetuar a cobrança pelo esgoto e a devolver os valores cobrados. A sentença foi de parcial procedência. No segundo grau, foi dado parcial provimento ao apelo do Ministério Público. O processo encontra-se concluso para julgamento no STJ. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de março 2021 no montante de R\$ 15.090 (R\$ 13.857 em 31 de dezembro de 2020).

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

f) Processo nº 001/1.15.0202177-4 ajuizado pela empresa Superquímica Comércio e Transporte Ltda. Trata-se de ação na qual a parte autora busca rescisão contratual, indenização devida a título de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e indenização de todo e qualquer dano, inclusive moral. Encerrada a fase instrutória, a Companhia apresentou memoriais. Processo ainda não sentenciado. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de março 2021 no montante de R\$ 8.824 (R\$ 8.183 em 31 de dezembro de 2020).

g) Em 29 de agosto de 2012, a Corsan recebeu o Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, no total de R\$4.648 a título de IRPJ e CSLL sobre exclusões indevidas do lucro líquido, de valores contabilizados devidos à Fundação Corsan, processo nº 11080730926/2012-49. A Companhia protocolou Processo Administrativo de Impugnação, o qual ainda não foi julgado. A Companhia possui provisão para a totalidade do valor questionado, a qual totaliza em 31 de março de 2021 R\$ 7.752 (R\$ 7.734 em 31 de dezembro de 2020).

h) Processo nº: 023/1.18.0000884-2 que trata de Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Estadual que busca ser a Corsan condenada a obrigação de fazer a recuperação e conservação do Museu das Águas e restaurar a escultura “Monumento às Águas” do escultor Xico Stockinger, no Município de Rio Grande, que estão em área de sua propriedade. O processo encontra-se em fase recursal. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de março 2021 no montante de R\$ 7.000 (R\$ 7.000 em 31 de dezembro de 2020).

i) Outras reclamatórias - As ações referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Em um segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações cominatórias, ações populares, entre outras. Ao todo, a Companhia é parte em 386 ações para as quais está provisionado em 31 de março 2021 o montante de R\$ 55.801 (R\$ 55.697 em 31 de dezembro de 2020).

#### Causas Possíveis

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ações trabalhistas	170.721	206.133
Ações cíveis	136.176	133.054
Ações ambientais	2.177	1.165
Ações tributárias	16.021	12.825
<b>Total</b>	<b><u>325.095</u></b>	<b><u>353.177</u></b>

#### Ações trabalhistas

a) Processo nº 001/1.16.0145282-0: Trata-se de ação de cobrança, ajuizada pela Funcorsan, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento de R\$ 37.867 em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, acrescido de juros e correção monetária até a data do efetivo pagamento, para fins de regularizar o equacionamento do Plano de Benefícios Funcorsan BD001,



## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

ocorrido em dezembro de 2008. O processo encontra-se em fase instrutória, de produção de provas, estando os autos em carga com a Perita para complementação do laudo pericial.

b) Processo nº 0020084-59.2019.5.04.0021: Ajuizado por Ralph dos Santos Rodrigues, empregado de empresa terceirizada JD Construções Ltda e Egab Locações Ltda, refere-se a pedido de condenação solidária ou subsidiária. Contestação protocolada em 28/04/2019. Audiência inicial ocorrida em 29/04/2019. Audiência de instrução designada para o dia 25/03/2021. Valor estimativo da causa R\$ 1.346 em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, conforme petição inicial. A Corsan é a 5ª reclamada na ação.

c) Processo nº 0020221-61.2017.5.04.0231: Ajuizado por Luciano Correa e outros contra Rota-Sul Empresa de Vigilância Ltda e Corsan, em que postula a responsabilidade solidária e/ou subsidiária entre as reclamadas, refere-se a ação indenizatória, decorrente de doença equiparada a acidente do trabalho. A Companhia apresentou defesa acompanhada de documentos. O processo ainda está em fase instrutória, aguardando realização de audiência de instrução, não havendo sentença até o momento. O valor da causa foi arbitrado pelo reclamante em R\$ 1.000 em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

d) Outras reclamatórias trabalhistas para as quais a Companhia não constituiu provisão, no valor de R\$ 130.508 em 31 de março de 2021 (R\$ 165.920 em 31 de dezembro de 2020).

#### *Ações cíveis, ambientais e tributárias*

a) Processo nº 5000023-86.2020.8.21.0101: trata-se de Ação Civil Coletiva ajuizada pela Associação Sul Brasil de Defesa do Consumidor em razão de desabastecimento por longos períodos em Gramado/RS. O pedido é de indenização pelos danos morais coletivos, corrigido monetariamente e acrescido dos juros legais, até o efetivo pagamento e de indenização pelos danos morais individuais sofridos pelos consumidores. O processo encontra-se na fase Instrutória. O valor estimado em 31 de março de 2021 é de R\$ 4.386 (R\$ 4.019 em 31 de dezembro de 2020).

b) Processo nº 001/1.17.0053534-0: Trata-se de ação ajuizada pela Sultepa C. C. Ltda pedindo indenização decorrente de suposto descumprimento contratual por parte da Corsan. Requer perícia de Engenharia de Custos e de Contabilidade e a condenação da ré ao pagamento da indenização. Processo em fase de instrução, sendo deferida em sede de agravo de instrumento interposto pela parte adversa a realização de prova pericial. O valor estimado é de R\$ 3.735 em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

c) Processo nº 001/1.17.0053518-9: Trata-se de ação ajuizada pela Sultepa C. C. Ltda pedindo indenização decorrente de suposto descumprimento contratual por parte da Corsan. Requer perícia de Engenharia de Custos e de Contabilidade e a condenação da ré ao pagamento da indenização. Processo em fase instrutória. O valor estimado é de R\$ 3.483 em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

d) Processo nº 019/1.19.0003128-8 – A COMUSA forneceu água à Corsan para o atendimento dos sistemas de Estância Velha e Portão. Embora feito esse fornecimento de água, a Corsan deixou de pagar as respectivas faturas, originando o ajuizamento da execução fiscal em questão, para cobrança das faturas com vencimento entre julho de 2007 e junho de 2013. Foi apresentada exceção de pré-executividade, a qual está pendente de julgamento tendo a possibilidade de extinção da execução fiscal. O valor estimado é de R\$ 6.673 em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

e) Processo nº 5091782-30.2019.4.04.7100: trata-se de mandado de segurança preventivo impetrado pela Corsan em face do Ilmo. Sr. Delegado da Receita Federal em Porto Alegre (RS), com o objetivo de assegurar que o crédito tomado pela Corsan a título de Pasep e Cofins decorrentes dos serviços de repavimentação e materiais, do período de dezembro de 2002 a dezembro de 2006, seja preservado e não gere problema algum para a Corsan. Depois de afetado à sistemática de julgamento do recurso especial repetitivo, o processo em questão aguarda julgamento pelo egrégio TRF da 4ª Região. O valor estimado é de R\$ 4.658 em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

f) Outras reclamações cíveis, ambientais e tributárias para as quais não foram constituídas provisões, no valor de R\$ 124.572, R\$ 2.177 e R\$ 4.690, respectivamente (R\$ 121.817, R\$ 1.165 e R\$ 1.494 em 31 de dezembro de 2020).

#### 25. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Plano de benefício definido	<b>685.512</b>	677.425
Sistema de assistência IPE-SAÚDE	<b>256.988</b>	251.875
Incentivo à demissão voluntária	<b>12.505</b>	14.810
	<b><u>955.005</u></b>	<u>944.110</u>

A Companhia reconheceu, no trimestre encerrado em 31 de março de 2021, uma variação líquida de R\$ 10.895 decorrente da avaliação atuarial do plano de benefício pós-emprego, “IPE SAÚDE” e “PDV”. Essa contabilização foi realizada com base no laudo técnico preparado pelo atuário externo da Companhia.

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

#### a) Plano de benefício definido

O plano de benefício “BD n° 001” é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela Fundação Corsan, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora Corsan, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre o qual incidirá contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor-base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto Fundação Corsan).

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual.

Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto Fundação Corsan, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo indexador atuarial do plano (INPC).

#### b) Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE

A cobertura relativa ao Sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no “Termo de Contrato de Prestação de Serviços”, celebrado entre a patrocinadora Corsan e o IPE - Instituto de Previdência do Estado do RS.

A contrapartida financeira mensal da Companhia para o IPE-SAÚDE corresponde a 10,44% incidente sobre o salário de contribuição dos empregados vinculados à Corsan. Pelo acordo coletivo da Companhia, fica garantido que 50% desse mesmo percentual serão extensivos aos empregados que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela Fundação Corsan.

#### c) Incentivo à demissão voluntária

O prazo para adesões ao Plano de Incentivo à Demissão Voluntária encerrou em 31 de dezembro de 2016, quando 1.590 funcionários aderiram ao plano. O prazo final para desligamentos foi em 30 de junho de 2019, quando os últimos 71 funcionários foram desligados da Companhia.

A indenização mensal é limitada em até 62 meses ou no momento em que os empregados completarem as carências junto da Fundação Corsan, o que ocorrer primeiro. Em 31 de março de 2021 há 116 funcionários recebendo a indenização mensal.

O valor pago a título de indenizações do plano de incentivo a demissão voluntária no trimestre findo em 31 de março de 2021 foi de R\$ 2.609 (R\$ 6.701 em 31 de março de 2020).

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

No trimestre encerrado em 31 de março de 2021 a despesa com desligamentos pelo PDV foi de R\$ 2.398 (R\$ 6.417 em 31 de março de 2020).

#### **d) Fundação Corsan**

##### **Estrutura jurídica**

A Fundação Corsan caracteriza-se como entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada pela Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan, constituída sob forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, tendo como objetivo primordial a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária.

##### **Gestão de recursos e investimentos**

A Fundação Corsan delega a Instituições financeiras, criteriosamente selecionadas, a gestão de seus recursos financeiros, realizando acompanhamento diário destes gestores. A gestão dos fundos de investimentos da Fundação Corsan está estruturada na forma de gestão própria e terceirizada, sendo a gestão dos fundos de investimentos totalmente terceirizada, e a gestão de imóveis e empréstimos realizada pela própria Fundação Corsan.

##### **Política de investimentos**

A Fundação Corsan planeja e acompanha seus investimentos, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 4661 de 25 de maio de 2018, bem como em conformidade com sua política de investimentos - PI.

O processo de planejamento e revisão da PI é anual, e se inicia no mês de outubro, com reuniões entre a área de investimentos, o Comitê de investimentos, a Consultoria financeira e a Diretoria executiva. Depois de estruturada a PI é submetida pela Diretoria executiva ao Conselho Deliberativo para aprovação.

##### **Fontes de recursos**

A Fundação Corsan obtém recursos decorrentes de:

- a) contribuição de participantes ativos e assistidos;
- b) contribuição mensal das patrocinadoras, principalmente da Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan;
- c) receitas de aplicações do patrimônio.

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

#### Custeio administrativo

A definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas é de competência do Conselho Deliberativo, e deverão estar expressamente previstas no plano de custeio e no orçamento anual.

#### Despesas de administração do plano

Os recursos destinados ao custeio administrativo são estabelecidos anualmente, sendo que no trimestre findo em 31 de março de 2021 foram utilizadas como fontes de custeio: a taxa de administração dos empréstimos concedidos aos participantes, o percentual das contribuições vertidas ao Plano de Benefícios, a rentabilidade dos ativos do fundo administrativo, a transferência da rentabilidade dos investimentos em parcela equivalente à despesa apurada e, quando necessário, reversão do fundo administrativo.

#### 26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### a) Capital social

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é de R\$ 1.682.328, estando assim representado:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total ações	Capital total (%)	Capital votante (%)	Ações preferenciais (%)
Estado do Rio Grande do Sul	315.592.505	315.592.505	631.185.010	99,99999366271	99,99999366271	99,99999366271
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,00000158432	0,00000158432	0,00000158432
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,00000095059	0,00000095059	0,00000095059
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,00000063373	0,00000063373	0,00000063373
Prefeitura Municipal de Muçum	2	2	4	0,00000063373	0,00000063373	0,00000063373
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000063373	0,00000063373	0,00000063373
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,00000063373	0,00000063373	0,00000063373
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,00000063373	0,00000063373	0,00000063373
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,00000063373	0,00000063373	0,00000063373
<b>Total</b>	<b>315.592.525</b>	<b>315.592.525</b>	<b>631.185.050</b>	<b>100,00000000000</b>	<b>100,00000000000</b>	<b>100,00000000000</b>

Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei.

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não foram outorgados planos de opções de compra de ações.

Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/76.

##### b) Reservas de capital

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

As reservas de capital compreendem doações de instalações e equipamentos de particulares e órgãos públicos. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a partir de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício, e após transitarem no resultado, as doações de órgãos públicos são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

#### **c) Outros resultados abrangentes**

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994. Em contrapartida, foi constituída reserva de reavaliação no patrimônio líquido, sendo que a realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens, cujo total em 31 de março de 2021 monta R\$ 85.170 (R\$ 85.713 em 31 de dezembro de 2020), líquido de efeitos tributários.

Com a aplicação do ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão, o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foi considerado como o valor justo do ativo intangível relacionado à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009, e a reserva de reavaliação, transferida para a conta de “outros resultados abrangentes”.

Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou somente no caso de alienação ou baixa do ativo. O valor realizado contra lucros acumulados no trimestre totalizou R\$ 543, líquido dos efeitos tributários (R\$ 552 em 31 de março de 2021).

Conforme previsto pela Deliberação CVM nº 695/2012, os eventuais ativos ou passivos decorrentes de ganhos ou perdas atuariais passaram a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras na conta de outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui registrada uma perda atuarial de (R\$ 141.477), líquida dos seus efeitos tributários.

#### **d) Remuneração aos acionistas**

No trimestre findo em 31 de março de 2021, a Companhia não registrou valores a título de juros sobre capital próprio (R\$ 29.521 no trimestre findo em 31 de março de 2020).

## Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021  
(Valores expressos em milhares de reais)

### e) Reservas de lucros

#### Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações é constituída à base de 5% do lucro líquido, estando limitada a 20% do capital social.

#### Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais compreende as doações de instalações e equipamentos de órgãos públicos.

#### Reserva de retenção de lucros

Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais, dividendos e reserva de lucros a realizar, acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados.

Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional, de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

Em 31 de março de 2021, o saldo da reserva de retenção de lucros está superior ao valor do capital social da Companhia, em desacordo com o art. 199 da Lei nº 6.404/76. Tramita entre os órgãos competentes o processo de integralização de parte desta reserva para equacionamento e regularização, que já foi apreciado pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal e aguarda o trâmite junto à Assembleia Geral de Acionistas.

#### Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar, constituída no valor de R\$ 333.470, compreende a parcela do lucro que não foi realizado e que seria distribuída como dividendos. A parcela não realizada do lucro é proveniente do reconhecimento do ganho da ação referente à Imunidade Tributária para impostos federais conforme descrito na nota 2.15.

### f) Adiantamento para futuro aumento de capital

Com base em faculdade prevista pelo Estatuto Social, a Companhia mantém registrado como adiantamento para futuro aumento de capital, o montante de R\$ 10.824 em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, oriundo de repasse de recursos do Orçamento Geral da União – OGU.

### g) Lucro básico e diluído por ação

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

<b>Resultado básico e diluído por ação</b>	<b>31/03/2021</b>	<b>31/03/2020</b>
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	73.616	99.272
Ações preferenciais	80.978	109.200
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de número de ações ordinárias	315.592.525	306.756.816
Média ponderada de número de ações preferenciais	315.592.525	306.756.816
<b>Resultado básico e diluído</b>		
Por ação ordinária	0,23326	0,32362
Por ação preferencial	0,25659	0,35598

## 27. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas com partes relacionadas são divulgadas em atendimento à deliberação nº 642/10 da CVM.

### As partes relacionadas são as seguintes:

Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul, Companhia Estadual Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-d, Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – Procergs e Instituto de Previdência do Estado – IPE.

#### a) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações entre a Corsan e o Estado do Rio Grande do Sul:

	<b>31/03/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Contas de água e esgoto - saldo a receber	<b>23.260</b>	9.943
Rendimentos do caixa único do Estado	<b>7.420</b>	5.970
Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado	<b>(211.413)</b>	(345.205)

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto para o Estado do Rio Grande do Sul no trimestre findo em 31 de março de 2021 foi R\$ 13.861 (R\$ 14.828 em 31 de março de 2020).



## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Criado pelo Decreto nº 33.959, de 31 de maio de 1991, o Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado – SIAC determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõem a Dívida Pública Estadual.

#### **b) Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul**

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto no trimestre findo em 31 de março de 2021 foi R\$ 128 (R\$ 111 em 31 de março de 2020).

As despesas referentes ao serviço de arrecadação de contas de água, esgoto e serviços e débitos/repasso no trimestre findo em 31 de março de 2021 foi R\$ 1.719 (R\$ 1.988 em 31 de março de 2020).

#### **c) Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-d**

Os valores devidos referem-se à compra de energia elétrica nas áreas de concessão da CEEE-d e da Corsan. O valor da despesa no trimestre findo em 31 de março de 2021 foi R\$ 12.830 (R\$ 16.502 em 31 de março de 2020). O saldo a pagar em 31 de março de 2021 é de R\$ 4.103 (R\$ 3.390 em 31 de dezembro de 2020).

#### **d) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – Procergs**

Os valores devidos à Procergs referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. O valor da despesa no trimestre findo em 31 de março de 2021 foi R\$ 7.496 (R\$ 9.381 em 31 de março de 2020). O saldo a pagar em 31 de março de 2021 é de R\$ 3.849 (R\$ 3.618 em 31 de dezembro de 2020).

#### **e) Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPE**

Os valores devidos ao IPE referem-se a contrato de assistência à saúde dos funcionários da Corsan, o valor da despesa no trimestre findo em 31 de março de 2021 foi de R\$ 4.910 (R\$ 4.516 em 31 de março de 2020). O saldo a pagar em 31 de março de 2021 é de R\$ 5.091 (R\$ 4.468 em 31 de dezembro de 2020).

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

#### f) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, formado pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, é estabelecida conforme Decreto 45.273/07 e Resolução 04/09 do Comitê de Governança Corporativa das Empresas Estatais. A Corsan não possui política de remuneração através de plano baseado em ações.

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Remuneração e benefícios	869	869
Encargos sociais	133	126
<b>Total</b>	<b>1.002</b>	<b>995</b>

#### 28. RECEITA LÍQUIDA

A Corsan opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida de serviços apresenta a seguinte composição:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Serviços de abastecimento de água	825.550	792.171
Serviços de esgoto	64.832	61.063
Receitas de construção	65.521	64.702
Deduções de receitas de serviços	(111.018)	(106.946)
	<b>844.885</b>	<b>810.990</b>

Em 2021, o valor referente aos descontos incondicionais foi contabilizado na rubrica de deduções de receitas de serviços e corresponde ao valor de R\$ 28.321. Para uma melhor apresentação dos saldos, aplicamos o mesmo procedimento no período comparativo, reclassificando o valor de R\$ 30.853 para a linha de "deduções de receitas de serviços". No período anterior, os valores eram deduzidos diretamente da receita.

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 29. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

Conforme requerido pelo CPC 26(R1) e IAS 1, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

<b>Custos e despesas por natureza</b>	<b>31/03/2021</b>	<b>31/03/2020</b>
Pessoal	260.953	244.977
Materiais	27.084	29.875
Energia elétrica	83.044	83.808
Serviços de terceiros	96.313	83.589
Gerais	21.545	39.859
Depreciações e amortizações	44.984	38.190
Provisões	46.279	24.059
Custos de construção	64.784	64.064
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(2.280)	(21.293)
	<b>642.706</b>	<b>587.128</b>

Classificados como:

Custos dos serviços	492.465	462.793
Despesas comerciais	32.259	33.403
Despesas administrativas	120.262	112.225
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(2.280)	(21.293)
	<b>642.706</b>	<b>587.128</b>

	<b>31/03/2021</b>	<b>31/03/2020</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>8.866</b>	<b>26.611</b>
Recuperação de receitas	-	2.928
Indenizações e ressarcimentos	-	1.015
Reversão de provisões para causas judiciais	7.735	20.329
Reversão de provisão para benefício pós-emprego	-	843
Receitas não operacionais	1.131	1.496
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>(6.586)</b>	<b>(5.318)</b>
Taxa de regulação órgãos fiscalizadores	(3.769)	(3.475)
Variação da indenização da imunidade tributária	(2.244)	-
Baixa de ativos	(312)	(1.146)
Outros tributos e taxas	(261)	(697)
<b>Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas</b>	<b>2.280</b>	<b>21.293</b>

As reversões das provisões foram realizadas conforme descritas nas notas 2.13 e 2.14.

#### 30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	<b>31/03/2021</b>	<b>31/03/2020</b>
<b>Receitas financeiras</b>	<b>35.715</b>	18.876
Juros ativos	8.692	8.980
Variações monetárias ativas	1.742	1.041
Receitas financeiras pela realização de AVP	9.746	6.925
Atualização de precatórios	14.134	-
Outras receitas financeiras	1.401	1.930
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(68.438)</b>	(16.273)
Juros e taxas sobre financiamentos	(7.995)	(6.718)
Juros e taxas sobre outras obrigações	(365)	(919)
Variações monetárias passivas	(51.779)	(5.422)
Despesas financeiras pela realização de AVP	(106)	(836)
Variações cambiais passivas	-	(2.378)
Varição da indenização da imunidade tributária	(8.169)	-
Outras despesas financeiras	(24)	-
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(32.723)</b>	2.603

### 31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade.

Em 2020 a Companhia assinou um aditivo de contrato para todos os financiamentos firmados junto ao BNDES, o qual suspendeu o pagamento das parcelas de principal e dos juros remuneratórios pelo período de seis meses (abril a setembro de 2020). O montante que deixou de ser pago durante o período de suspensão foi capitalizado a cada evento financeiro de vencimento abarcado pela suspensão temporária de pagamentos.

A adoção desta suspensão trouxe um incremento de aproximadamente 2,35% no saldo devedor, não apresentando aumento significativo no custo da dívida ou impacto relevante no resultado da companhia, tanto no exercício atual, quanto no custo total do financiamento.

As avaliações de seus instrumentos financeiros bem como gerenciamento de riscos estão relacionadas a seguir:

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

#### a) Instrumentos financeiros

Em 31 de março de 2021, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Descrição	Nota	31/03/2021	31/12/2020
<i>Ativos</i>			
<i>Valor justo por meio do resultado</i>			
Aplicações financeiras	5.b	78.712	76.545
<i>Custo amortizado</i>			
Caixa e equivalentes	5.a	729.516	233.267
Contas a receber de clientes	6	466.186	419.140
Ativos financeiros	12	620.393	588.827
Tributos a recuperar	8.c	1.437.557	1.430.378
Indenizações contratuais	9	229.677	220.154
<b>Total</b>		<b>3.562.041</b>	<b>2.968.311</b>

Descrição	Nota	31/03/2021	31/12/2020
<i>Passivos</i>			
<i>Custo amortizado</i>			
Fornecedores		100.746	118.988
Empréstimos e financiamentos	18	567.228	587.477
Debêntures	19	578.094	4.811
Obrigações contratuais	21	12.165	13.000
Contratos de repasse	23	53.895	53.895
<b>Total</b>		<b>1.312.128</b>	<b>778.171</b>

A Companhia adota a técnica de mensuração a valor justo e comparação de preços e valores observados no mercado (nível 2).

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima dos valores registrados contabilmente. Apuração conforme descrito na nota 2.12.

#### b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo, *swaps*, opções, futuros, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independentemente da forma como sejam contratados.

#### c) Gerenciamento de riscos

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

#### *Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia*

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base no sistema de controles internos, a qual estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

#### i) Risco de crédito:

O risco de crédito ao qual a Companhia está potencialmente sujeita se refere ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. A exposição máxima em 31 de março de 2021 corresponde aos saldos contábeis demonstrados nas notas 5.a, 5.b e 6.

#### *Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras*

O risco de crédito destes ativos financeiros é considerado baixo em virtude de a Companhia manter os valores em aplicações de liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor, e fundos de investimento, respectivamente, caracterizados como conservadores.

#### *Contas a receber*

A exposição relacionada aos clientes é considerada de baixo risco em virtude da base pulverizada que contempla boa parte do Estado, onde a Companhia presta serviços de saneamento básico. A política de recuperação prevê que os créditos são recuperáveis durante todo o prazo de prescrição da dívida (dez anos para clientes particulares e cinco anos para clientes públicos) e contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes após 45 dias de atraso.

O nível de perdas na realização de créditos é considerado normal para o setor e está adequadamente coberto pela provisão. A política de reconhecimento das perdas de crédito esperada está descrita na nota 2.5 e movimentação da provisão está detalhada na nota 6.

#### ii) Risco de liquidez:

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. Como formas de controle para este risco, podemos citar: ajuste da estrutura tarifária aos serviços prestados; implementação do gerenciamento matricial de despesas – GMD; melhoria da gestão do passivo trabalhista em execuções judiciais; combate às fraudes e ligações clandestinas; implantação do sistema de gestão estratégica de custos - SISGEC; dentre outras.

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			Total
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Empréstimos e financiamentos	155.647	218.631	388.806	<b>763.084</b>
Parcelamento de impostos	16.644	12.307	-	<b>28.951</b>
Debêntures	-	80.189	702.602	<b>782.791</b>
Fornecedores	100.746	-	-	<b>100.746</b>
Passivo de arrendamento	20.685	20.676	67	<b>41.428</b>
	<b>293.722</b>	<b>331.803</b>	<b>1.091.475</b>	<b>1.717.000</b>

#### iii) Risco de mercado:

Risco da taxa de juros: Esse risco advém de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira e o saldo passivo de contratos de financiamentos com indexador em moeda estrangeira. Não há outros ativos ou passivos indexados a moedas estrangeiras.

#### *Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio*

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possui exposição na data-base de 31 de março de 2021, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2021 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos.

A manutenção da análise de sensibilidade com a utilização dos parâmetros de variação para cenários de 25% e 50% mostram-se adequados, a partir de referências em benchmarkings do setor, bem como publicações de expectativas de mercado do BACEN.

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Operação	Risco	2021	(Perdas) Ganhos financeiros				
			Queda 25%	Queda 50%	Cenário provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Empréstimos	TR	(210.996)	-	-	-	-	-
Empréstimos	TJLP	(167.209)	(6.167)	(5.139)	(7.708)	(9.635)	(11.563)
Empréstimos	IPCA	(89.436)	(3.441)	(2.868)	(4.302)	(5.377)	(6.453)
Empréstimos	SELIC	(99.587)	(2.191)	(1.826)	(2.739)	(3.423)	(4.108)
Debêntures	CDI	(144.524)	(2.555)	(2.129)	(3.194)	(3.992)	(4.791)
Debêntures	IPCA	(433.570)	(16.684)	(13.903)	(20.855)	(26.068)	(31.282)
		<b>(1.145.322)</b>	<b>(31.038)</b>	<b>(25.865)</b>	<b>(38.798)</b>	<b>(48.497)</b>	<b>(58.196)</b>
<i>Indexador</i>	TR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TJLP		3,69	3,07	4,61	5,76	6,92
	IPCA		3,85	3,21	4,81	6,01	7,22
	SELIC		2,20	1,83	2,75	3,44	4,13
	CDI		1,77	1,47	2,21	2,76	3,32

*Fontes:*

TR - Portal Brasil  
TJLP - BNDES  
IPCA - Relatório Focus  
SELIC - BACEN  
CDI - B3

Em 31 de março de 2021 a Companhia não possui empréstimos com incidência de taxas de câmbio.

#### d) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos no contrato de financiamentos e debêntures.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o trimestre findo em 31 de março de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020.



## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

O capital é administrado por meio do quociente de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, fornecedores e outros exigíveis, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado a seguir:

	<b>Nota</b>	<b>31/03/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Empréstimos e financiamentos	18	<b>567.228</b>	587.477
Debêntures	19	<b>578.094</b>	4.811
Fornecedores		<b>100.746</b>	118.988
Parcelamento de impostos e contribuições	20	<b>27.479</b>	31.288
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5.a	<b>(729.516)</b>	(233.267)
(-) Aplicações financeiras	5.b	<b>(78.712)</b>	(76.545)
Dívida líquida		<b>465.319</b>	432.752
Patrimônio e adiantamentos		<b>4.198.115</b>	4.043.521
Capital social e dívida líquida		<b>4.663.434</b>	4.476.273
Quociente de alavancagem		<b>9,98%</b>	9,67%

### 32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 19 de abril de 2021, A Companhia divulgou ao mercado que assinou Carta-Mandato com o IFC para um empréstimo "A" ("*A*" *Loan*) de até R\$ 450 milhões vinculado à sustentabilidade e iniciativas de *ESG (environmental, social and governance)*. A Companhia estima que a assinatura do empréstimo e o desembolso dos fundos devam ocorrer nos próximos meses.

Em 30 de abril de 2021 foi ratificada a decisão deliberada pelo Conselho de Administração sobre a integralização de parte das reservas de lucros no valor de R\$ 185.388 para equacionamento do limite legal do art. 199 da Lei nº 6.404/76.

\*\*\*

## Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021  
(Valores expressos em milhares de reais)

### **Diretoria**

ROBERTO CORREA BARBUTI

**Presidente**

ANDRÉ BELTRÃO FINAMOR  
DOUGLAS RONAN CASAGRANDE DA SILVA  
FABIANO SIQUEIRA  
JEAN CARLO FLORES BORDIN  
JÚLIO ELOI HOFER  
LILIANI ADAMI CAFRUNI

**Diretores**

### **Conselho de Administração**

MARIO ENGLER PINTO JUNIOR

**Presidente**

GIOVANNI FIORESE  
HENRIQUE ZANDONÁ  
LUIZ GUSTAVO DE SOUZA  
KARLA PERTOCCO TRINDADE  
PAULO ROBERTO MONSCHAU BERTA  
ROBERTO CORREA BARBUTI  
THOMAS DANIEL BRULL

**Conselheiros**

### **Conselho Fiscal**

FELIPE HENRIQUE GIARETTA  
KEVIN CHAVES KRIEGER  
MARIA BETÂNIA BRAUN

**Conselheiros**

GRAZIELA BOHN FLORES  
**Contadora CRC/RS nº 070280/O-7**

## Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



**CORSAN COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO**

### Economias projetadas x realizadas:

No primeiro trimestre de 2021 a CORSAN registrou um total de 2.800.052 economias faturadas com água. Isso corresponde a aproximadamente 95,5% da meta de economias do ano, que é de 2.933.155 economias. No mesmo período, registrou-se um total de 471.855 economias faturadas com esgoto, aproximadamente 93,6% da meta do ano, que é de 504.355 de economias. A realização de novas economias está de acordo com o projetado para o período. No quadro a seguir dá-se o detalhamento do número de economias realizadas no período:

Análise Economias Faturadas					
Segmento	1º trimestre/2021			dez/21	
	Realizado	Projetado	% realizado	Projetado	% realizado
Água	2.800.052	2.821.253	99,2%	2.933.155	95,5%
Esgoto	471.855	462.843	101,9%	504.355	93,6%
<b>Total</b>	<b>3.271.907</b>	<b>3.284.096</b>	<b>99,6%</b>	<b>3.437.510</b>	<b>95,2%</b>

### Investimentos projetados x realizados:

No primeiro trimestre de 2021 a CORSAN realizou cerca de R\$ 94 milhões em investimentos, o que corresponde a aproximadamente 11% do total projetado para o ano, que é R\$ 864 milhões. Os investimentos realizados no primeiro trimestre estão alinhados com a projeção realizada para o exercício e por esse motivo a Administração mantém a expectativa orçada para o período. No quadro a seguir dá-se o detalhamento dos investimentos realizados no período:

Análise Investimentos Realizados (em milhares de reais)			
Valor Realizado	Realizado	Projetado 2021	% realizado
Desenvolvimento	38	169	23%
Abastecimento de Água	17	242	7%
Esgotamento Sanitário	39	453	9%
<b>Total</b>	<b>94</b>	<b>864</b>	<b>11%</b>

## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



### COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

#### 4ª Emissão de Debêntures da Corsan

##### Destaques da Transação

✓ Em março de 2021, com o Banco BTG Pactual e Banco Safra atuando como Coordenadores da oferta, liquidou-se a 4ª Emissão de Debêntures da Corsan, maior empresa de saneamento do estado do Rio Grande do Sul, que presta serviços de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto para 317 municípios e 6.7 milhões de pessoas. A transação foi emitida no volume total de R\$ 600 milhões.

✓ A oferta foi estruturada via ICVM 476, inicialmente em até quatro séries, sendo a 1ª e 2ª séries institucionais no sistema de vasos comunicantes e limitadas a R\$ 150 milhões, e a 3ª e 4ª séries incentivadas também em vasos comunicantes e limitadas ao volume de R\$ 450 milhões. A 1ª série, com volume de 3 anos e taxa teto de CDI+ 2.40% acabou não sendo emitida, por opção da Companhia. Dessa forma, a única série institucional destinada ao reforço de caixa da Emissora foi a série de 5 anos, precificada a CDI+2.25% (40bps de fechamento de taxa). As séries incentivadas, destinadas a implantação de projeto foram emitidas a IPCA+ 4.38% (B26+135) (7 anos) e IPCA+ 4.83% (B28+150) (10 anos), representando redução de 70 e 30bps, respectivamente, em termos de spread over NTN-B.

✓ A emissão, que não tinha garantias adicionais, contou com rating AA- pela Fitch e também com selo verde para a 3ª e 4ª séries, com base em opinião independente da SITAWI, configurando o título de "Debêntures Sustentáveis", reiterando o comprometimento da emissora com métricas sustentáveis e políticas sociais e ambientais.

✓ Após dois dias integralmente dedicados a reuniões virtuais e diversas reuniões pontuais bem sucedidas com os principais investidores institucionais e não institucionais, a transação foi precificada com sucesso, evidenciado não só pelo expressivo fechamento de taxa em todas as séries mas também pela sobredemanda de mais de 2.0x o livro.

✓ Mesmo em um momento de alta volatilidade de mercado, oscilações nas taxas de juros e retornos de títulos públicos nacionais e internacionais, a Corsan e seus assessores, o BTG Pactual e o Banco Safra, foram capazes de originar e distribuir de forma eficiente a transação.

## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO**

### Principais Termos e Condições

<b>Emissora</b>	Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN		
<b>Instrumento e Formato</b>	Debêntures Simples Não Conversíveis em Ação (" Debêntures Sustentáveis")		
<b>Legislação</b>	ICVM 476 e Lei 12.431		
<b>Espécie</b>	Quirográfica		
<b>Rating</b>	AA- pela Fitch		
<b>Volume Total</b>	R\$ 600.000.000,00		
<b>Séries</b>	3 (três) séries		
<b>Alocação por Série</b>	R\$150.000.000 (1ª série)	R\$115.000.000,00 (2ª série)	R\$335.000.000,00 (3ª série)
<b>Prazo/Amortização</b>	5 anos Semestral a partir do 18º mês	7 anos (4/5/6/7/8)	10 anos (4/5/6/7/8/9/10)
<b>Taxa Final</b>	CDI+ 2.25%	IPCA+ 4.3853%	IPCA+ 4.8330%
<b>Pagamento de Juros</b>	Semestral, sem carência para todas as séries		
<b>Regime de Colocação</b>	Garantia Firme (50% pelo BTG Pactual e 50% pelo Safra)		

✓ A Emissão contou com R\$ 1.3 bi de sobredemanda de investidores, o que representa mais de 2.0x o volume da oferta.

### Debêntures Sustentáveis – O papel da Sitawi

✓ A emissão de 2ª opinião (SPO) se baseia em um processo de envio de documentação e discussões com a Sitawi para esclarecimentos acerca do projeto e escopo geral da companhia em questão.

✓ Segundo a análise da Sitawi sobre a aplicação dos recursos das séries de infraestrutura, as atividades de tratamento de efluentes domésticos e de redução de perdas de água possuem benefícios ambientais associados. A destinação correta do efluente doméstica previne a contaminação de corpos hídricos e do solo, bem como promove a conservação da biodiversidade. (Categorias listadas pelos *Green Bond Principles - GBP*).

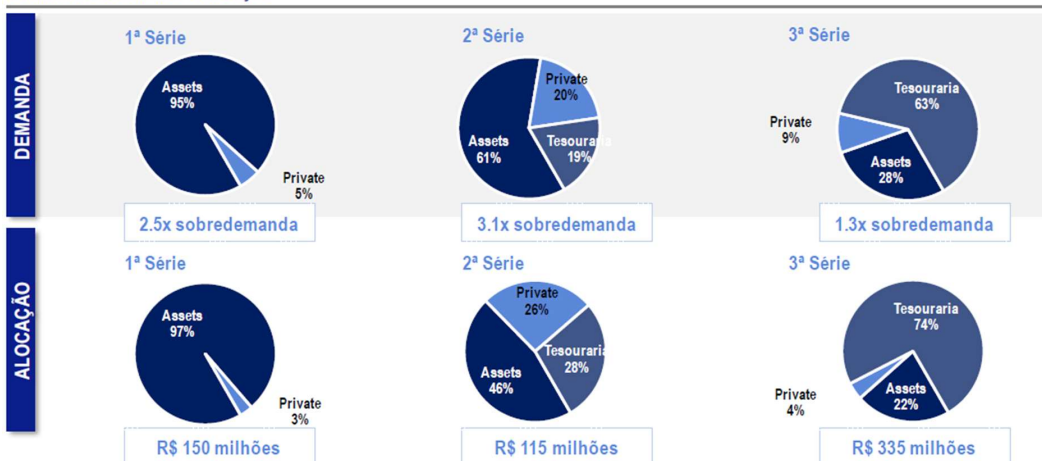
✓ Além disso, a atividade da empresa está diretamente associada ao benefício social de criação de acesso à infraestrutura básica e serviços essenciais à população previamente excluída e vulnerável, também alinhado ao GBP.

### Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



## COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

Breakdown de Demanda e Alocação



## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais  
Aos Administradores e Acionistas  
Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan

### Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos

#### Ênfase

Chamamos a atenção para as Notas 2.15 e 8c às demonstrações financeiras intermediárias, que se referem ao reconhecimento de créditos tributários decorrentes de decisão transitada em julgado quanto ao mérito da imunidade de certos impostos federais e ao correspondente direito à restituição dos valores atualizados desses impostos, pagos nos exercícios de 1988 a 2018, cujo o saldo em 31 de março de 2021 monta a R\$ 1.397.914 mil. A administração da Companhia apresentou, em janeiro de 2021, petição requerendo a devolução desse valor por meio de precatórios. A União apresentou impugnação ao cumprimento de sentença contra a fazenda pública contestando o valor apresentado pela Companhia, sendo que tal impugnação foi respondida pela Companhia em 30 de abril de 2021, no sentido de sustentar a manutenção do valor inicialmente pedido. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

### Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 14 de maio de 2021

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Machado  
Contador CRC 1PR042585/O-7



## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

### **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam aos exames das Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, Relatório dos Auditores Independentes referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Relatório sem ressalvas do Auditor Independente, Pricewaterhouse e Coopers Auditores Independentes, datado de 14 de maio de 2021, concluímos que os referidos documentos foram elaborados, em todos aspectos relevantes, de acordo com a legislação vigente.

Porto Alegre, 14 de maio de 2021.

Felipe Henrique Giaretta

Kevin Chaves Krieger

Maria Betânia Braun

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021.

Porto Alegre, 14 de maio de 2021.

Roberto Correa Barbuti  
Diretor Presidente

Fabiano Siqueira  
Diretor Administrativo

André Beltrão Finamor  
Diretor de Operações

Douglas Ronan Casagrande da Silva  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Júlio Eloi Hofer  
Diretor de Expansão

Liliani Adami Cafruni  
Diretora de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Jean Carlo Flores Bordin  
Diretor Comercial, de Inovação e Relacionamento

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### **DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021.

Porto Alegre, 14 de maio de 2021.

Roberto Correa Barbuti  
Diretor Presidente

Fabiano Siqueira  
Diretor Administrativo

André Beltrão Finamor  
Diretor de Operações

Douglas Ronan Casagrande da Silva  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Júlio Eloi Hofer  
Diretor de Expansão

Liliani Adami Cafruni  
Diretora de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Jean Carlo Flores Bordin  
Diretor Comercial, de Inovação e Relacionamento